

Revista **Cidadania & Meio Ambiente**

Caminhando junto com a Sociedade

Publicação

câmara
cultura

Nº40 - ANO VII - 2012

**PÓS RIO
+20**

- **Resultado inócuo ou avanço?**
- **Governança global: a miopia**
- **ONU: a grande derrotada**
- **Major Groups: o protagonismo**
- **Um despertar de consciências**
- **A força da Cúpula dos Povos**

Segurança alimentar

- **O desafio de nutrir o planeta**
- **Peixes: 30% no limiar da extinção**

Cidadania ambiental

- **Terra: nosso lar no Universo**
- **Educação ambiental obrigatória:
um Brasil mais sustentável?**
- **Código Florestal: 13 razões para o veto**

ISSN 2177-630X



9 7721 77630007 040

**Aqui está uma
empresa que investe
em sustentabilidade
com energia limpa
e renovável.**



Aqui também.



Meio ambiente

Mais do que reflorestar, a Eletrobras Eletronorte recupera as florestas com espécies nativas da região. Para isso, desde 1984, mantém o banco de germoplasma, onde está guardado o material genético de diversas espécies da Amazônia, permitindo assim a sua reprodução. Além de doadas para escolas e prefeituras, as mudas são usadas nos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas. No entorno do lago da Usina Hidrelétrica Tucuruí, por exemplo, já foram recuperados mais de 97% da área impactada.



Responsabilidade social

Coordenadora regional do Programa Luz para Todos, a Eletrobras Eletronorte supera os grandes desafios da universalização de energia na Amazônia. Entre 2004 e 2010, investiu mais de 57,6 milhões de reais para levar energia a comunidades de ribeirinhos, aldeias indígenas e populações extrativistas que vivem em Áreas de Proteção Ambiental, beneficiando aproximadamente 4,2 milhões de pessoas.

Programas indígenas

A Eletrobras Eletronorte é responsável por dois programas indígenas que são referência mundial: Waimiri Atroari e Parakanã. Se antes esses povos corriam alto risco de extinção, a parceria da Empresa com a Funai garantiu que hoje essas comunidades tenham suas terras demarcadas e sua cultura resgatada. Livres da ameaça de desaparecer, eles agora têm uma estrutura permanente para atendimento médico, odontológico e controle de epidemias, com laboratoristas da própria comunidade. Os programas também atuam na promoção da autonomia por meio do apoio de ações de educação, produção e proteção ambiental.



Inovação e gestão da excelência

A Eletrobras Eletronorte teve um ano de muitas conquistas. É a primeira empresa do setor elétrico no mundo a receber o Prêmio Internacional de Manutenção (TPM), concedido pelo Japan Institute of Plant Maintenance. Está também, pela terceira vez consecutiva, entre as 20 mais inovadoras do Brasil na edição brasileira do Best Inovattor, promovida pela Revista Época, e, em 2011, torna-se a primeira empresa pública do setor elétrico a ser reconhecida com o Prêmio Nacional de Qualidade. Um patrimônio brasileiro reconhecido como Empresa de Classe Mundial.

E D I T O R I A L

Caros amigos,

O *day after* da Rio+20 mostrou que nem tudo está perdido. Afinal, se as expectativas no tocante às negociações no restrito âmbito da governança global não eram – e realmente não foram – animadoras, houve relevantes avanços no tratamento da questão da sustentabilidade ambiental e econômica planetária, como aponta a coleção de artigos que abrem esta edição Pós-Rio+20.

No primeiro texto, José Eustáquio Diniz Alves aponta as mais significativas conquistas, retrocessos e paralisias embutidas nos 283 parágrafos do documento final oficial da Conferência. Essa primeira leitura revela que, mesmo não se tendo conseguido avanços espetaculares, já se pode notar seguros indícios de mudanças na pauta de reivindicações necessárias para prevenir o anunciado colapso da humanidade e da biodiversidade.

Muito da frustração ressentida no pós-Rio+20 deveu-se ao fato de os chefes de Estado presentes à cúpula – e seus ministros e delegados – recorrerem ao surrado alibi *crise internacional* (entre outros) para postergar a *implantação-já* de ações e decisões políticas sobre a verdadeira crise – a *ambiental*. Mas será que podiam ter agido de forma diferente no atual quadro de pensamento desenvolvimentista-consumista? Esse é o nó da questão: a mudança de paradigma do modelo econômico.

Mas a “*cruzada*” por um novo *pensar-viver-sustentável* progride e ganha a cada segundo mais adeptos por força da sociedade civil – os Major Groups – ,que na Rio+20 juntaram suas forças de pressão em áreas temáticas: Negócios e Indústria / Crianças e Jovens / Agricultores / Povos Nativos / Autoridades Locais / ONGs / Comunidade Científica e Tecnológica / Mulheres / Trabalhadores e Sindicatos. Em sintonia, todos trabalharam intensamente estimulando reflexões e gerando trabalhos técnicos de suporte, que poderiam ter orientado as decisões das delegações, como aponta Henrique Cortez em artigo aqui publicado.

De qualquer forma, esse *brainstorm* parido coletivamente pelos Major Groups continua vivo, em evolução e reivindicando em voz alta, nas instâncias da governança global e nas esferas do todo poderoso “*mercado*”, as mudanças estruturais emergenciais e futuras. Esse é nosso trabalho e objetivo: acelerar sem bruscas rupturas a transição para uma nova era de produção e consumo consciente, e respeitosa ao meio ambiente, como indicam as outras reflexões desta edição.

Helio Carneiro
Editor

câmara
cultura

A revista Cidadania & Meio Ambiente
é uma publicação da Câmara de Cultura

Telefax (21) 2487 4128
(21) 8197 6313 . 8549 1269

cultura@camaradecultura.org
www.camaradecultura.org

Representante Comercial - Brasília
Armazem Eventos e Publicidade
PABX (61) 3034 8677
atendimento@armazemeventos.com.br



Diretora Regina Lima
regina@camaradecultura.org

Editor Hélio Carneiro
carneiro@camaradecultura.org

Subeditor Henrique Cortez
henrique@camaradecultura.org

Projeto Gráfico Lucia H. Carneiro
lucia@camaradecultura.org

Colaboraram nesta edição

André Lima
Aldem Bourscheit
Carlos Leonardo Figueiredo Gomes
Clarissa Vasconcellos
Eloy F. Cassagrande Jr.
Embrapa Cerrados
Liszt Vieira
Hans Herren
Henrique Cortez
Iara Pietricovsky
José Eustáquio Diniz Alves
Marlena Branco
Márcio Moura
Patricia Fachin
Rafaela Bortolin
Raul Valle
Tasso Azevedo



Visite o portal EcoDebate
www.ecodebate.com.br

Uma ferramenta de incentivo ao conhecimento e à reflexão através de notícias, informações, artigos de opinião e artigos técnicos, sempre discutindo cidadania e meio ambiente, de forma transversal e analítica.

Cidadania & Meio Ambiente também pode ser lida e/ou baixada em pdf no portal www.ecodebate.com.br

A Revista Cidadania & Meio Ambiente não se responsabiliza pelos conceitos e opiniões emitidos em matérias e artigos assinados.

Editada e impressa no Brasil.



PÓS RIO +20

- 6 **Documento inócuo, platitudes ou pequeno passo?**
Este artigo avalia alguns dos pontos positivos e fracos, e as principais lacunas dos 283 parágrafos do documento final oficial da Rio+20. *Por José Eustáquio Diniz Alves*
- 10 **Rio+20 ou Rio-20?**
Pressionados por uma lógica de “cada um por si e o mundo que se dane”, os governos nos levaram a assistir uma farsa. *Por Iara Pietricovsky*
- 11 **Um despertar de consciências**
O Prêmio Nobel Mario Molina diz ser preciso ‘esperar alguns anos’ para colher resultados da Rio+20. *Por Clarissa Vasconcellos*
- 12 **Impotência da ONU: a grande derrota.**
Sociólogo e ambientalista critica o fato de um dos temas centrais da Rio+20 – a governança global – ter sido posta na mesa e nem sequer discutida. *Entrevista com Liszt Vieira por Patricia Fachin*
- 14 **A cúpula e a cartinha ao Papai Noel**
Os governos fracassaram, mas a sociedade civil, nos Major Groups e na Cúpula dos Povos, mostrou que as mudanças já começaram e vieram para ficar. *Por Henrique Cortez*
- 16 **O desafio de alimentar o planeta**
Hans Herren compartilha seus pontos de vista sobre como corrigir o sistema alimentar hoje fraturado, e grave ameaça à estabilidade social e política mundial. *Por Marlena Branco*
- 18 **Seca: um combate ilusório**
Investir nos sistemas produtivos familiares garante segurança alimentar e integração com o meio ambiente, sendo o meio mais eficaz de combate à seca periódica. *Entrevista com Márcio Moura*
- 20 **Pantanal: nascentes e rios ameaçados**
Estudo inédito aponta áreas que precisam de mais atenção para garantir a sobrevivência da maior planície alagável do planeta, das populações locais e da economia. *Por Aldem Bourscheit*
- 22 **Pantanal: dependente das águas do Cerrado**
A exuberância natural, a diversidade biológica e a planície alagável do Pantanal Matogrossense podem ser ameaçadas pelos impactos nos recursos hídricos do Cerrado. *Por Embrapa Cerrados*
- 24 **24 Terra, nossa morada no Universo**
Parece inacreditável que a bola azul solta no espaço e lar do homem possa tornar-se em breve um lugar inóspito para a humanidade. *Por Carlos Leonardo Figueiredo Gomes*
- 28 **28 Educação Ambiental obrigatória: um Brasil mais sustentável?**
A cidadania ambiental vem sendo desrespeitada, com pouco espaço para diálogo. Educação se dá pelo exemplo e não por decreto! *Por Eloy F. Cassagrande Jr.*
- 29 **13 razões para o veto total ao Código Florestal**
Este artigo examina minuciosamente o Projeto de Lei 1876/99 à luz dos compromissos da Presidenta Dilma Rousseff assumidos nas eleições de 2010. *Por André Lima, Raul Valle e Tasso Azevedo*
- 34 **Extinção ameaça 30% das populações de peixes**
O progressivo esgotamento mundial das reservas de peixe de água salgada e doce atingiu o limite do sustentável devido à extração descontrolada. *Por Rafaela Bortolin*





Documento inócuo, platitudes ou pequeno passo ?

Este artigo avalia alguns dos pontos positivos e fracos, e as principais lacunas dos 283 parágrafos do documento final oficial da Rio+20.

por José Eustáquio Diniz Alves

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável não esteve à altura das necessidades do momento histórico. Mas tentando superar o pessimismo, pode-se considerar que a Rio+20 teve, numa conjuntura internacional desfavorável, pelo menos dois pontos positivos:

a) Mostrou os impasses para se regular o Bem Comum – chamado Terra – e as dificuldades que a ONU e os governos nacionais encontram para mudar o rumo que a civilização humana tomou em direção ao colapso ambiental; e

b) Reafirmou os mais importantes princípios das Conferências anteriores e manifestou, de maneira parcial e de forma tímida, intenções de mudar o modelo atual de produção e consumo insustentáveis. A Rio +20 não foi um ponto de chegada, e, quem sabe, ao invés de simples procrastinação pode se tornar um ponto de partida.

Evidentemente, as propostas discutidas na Cúpula dos Povos ficaram de fora do documento oficial “O futuro que queremos” e falta definir vários meios de implementação dos

princípios reafirmados e renovados. Ninguém esperava uma Conferência revolucionária que virasse o mundo de cabeça para baixo. Entendendo os limites deste tipo de evento, existe consenso de que faltou ousadia, embora, com boa vontade, possa se dizer que a Rio+20 não apresentou retrocesso em relação às conferências anteriores e o documento final, mesmo tímido, é melhor do que o Zero Draft de janeiro de 2012.

Sem dúvida, com as promessas adiadas, o mundo está no começo de uma longa jornada

da, pois muito terá que ser feito pelos governos, pela sociedade civil e pelos indivíduos nos próximos anos e nas décadas vindouras. Se a Conferência não foi o teto, quem sabe possa ser utilizada como a base para futuros avanços. Vamos então avaliar brevemente alguns pontos positivos, alguns pontos fracos e as principais lacunas dos 283 parágrafos do documento oficial da Rio + 20.

NO PRIMEIRO PARÁGRAFO DA INTRODUÇÃO, OS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO RENOVAM O COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, ENTENDIDO COMO A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL QUE GARANTA A SAÚDE DO PLANETA E DAS GERAÇÕES HUMANAS, PRESENTES E FUTURAS. Com destaque, no segundo parágrafo estabelece que: “Erradicar a pobreza é o maior desafio global que o mundo enfrenta hoje, sendo um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido estamos comprometidos com a humanidade livre da pobreza e da fome como uma questão de urgência”.

Comentário: Obviamente, erradicar a pobreza e a fome é fundamental. Em negociações subsequentes será preciso definir quais são os indicadores de pobreza e quais serão as medidas para erradicar estas chagas. Eliminar os gastos militares no mundo, da ordem de US\$1,6 trilhão de dólares ao ano, seria suficiente para erradicar a pobreza e a fome em pouco tempo. Porém, esta medida jamais entraria num documento da ONU assinado pelos diversos governos nacionais do mundo.

O PARÁGRAFO 6 REAFIRMA O PRINCÍPIO DA RIO92: “RECONHECEMOS QUE AS PESSOAS ESTÃO NO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.

Comentário: Esta afirmação é uma reprodução do que foi decidido em diversas outras Conferências, mas é muito antropocêntrica, pois o desenvolvimento só será realmente ambientalmente sustentável se for ecocêntrico, garantindo o futuro sustentável não só dos seres humanos, mas de todas as espécies vivas. Aliás, o documento não tocou na questão dos direitos dos animais e da luta contra o especismo.

O PARÁGRAFO 8 DIZ: “REAFIRMAMOS TAMBÉM A IMPORTÂNCIA DA LIBERDADE, DA PAZ E SEGURANÇA, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS, INCLUINDO O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO E O DIREITO A UM PADRÃO DE VIDA ADEQUADO, INCLUINDO O DIREITO À ALIMENTAÇÃO, AO ESTADO DE DIREITO, À IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES”.

“Não haverá ganho se a economia verde for entendida como uma forma de gerar uma maquiagem verde para manter o atual modelo insustentável de crescimento da produção e do consumo conspícuo.”

Comentário: Direitos humanos e democracia são questões básicas e essenciais. Mas é preciso questionar a idéia do “direito ao desenvolvimento”, especialmente se desenvolvimento for entendido como crescimento econômico ilimitado. Existem várias idéias alternativas que não foram consideradas, tais como “Estado Estacionário”, “Prosperidade sem crescimento”, “Fim do crescimento”, “Decrescimento sustentável”, etc.

NO TÓPICO II – RENOVAÇÃO DO COMPROMISSO POLÍTICO – O ITEM A, TRATA DA REAFIRMAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CÚPULA DO RIO DE 1992 E OS PLANOS DE AÇÃO DO PASSADO: Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de Estocolmo aprovada em 16 de junho de 1972; Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, Agenda 21, o Programa para a Implementação da Agenda 21, o Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Declaração de Joanesburgo), o Programa de Ação de Barbados, Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção de Combate à Desertificação (UNCCD), etc. Incluiu também o princípio das “responsabilidades comuns mas diferenciadas”.

Comentário: Reafirmar todos os princípios e Declarações já consolidadas é fundamental. O princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas é essencial pois os

países desenvolvidos possuem uma dívida histórica com o meio ambiente e com os demais países do mundo. Mas faltou definir a transferência de recursos dos países do “Norte” para ajudar os países do “Sul”, para evitar a repetição dos mesmos erros do passado. Mas quando se trata de dinheiro o desacordo é enorme porque, no geral, os países ricos querem regatear recursos e prorrogar a transferência de fundos financeiros. Não foram definidas as ações concretas para acelerar a implementação dos compromissos já assumidos.

O ITEM B, PARÁGRAFO 19 RECONHECE QUE “OS VINTE ANOS DESDE A CÚPULA DA TERRA EM 1992 REGISTRARAM UM PROGRESSO DESIGUAL NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E NA ERRADICAÇÃO DA POBREZA, DEVIDO, ENTRE OUTRAS COISAS, AO IMPACTO DAS CRISES MÚLTIPLAS QUE AFETAM O MUNDO CONTEMPORÂNEO. O parágrafo 40 diz: “Apelamos para abordagens holísticas e integradas para o desenvolvimento sustentável que irá orientar a humanidade a viver em harmonia com a natureza e fazer esforços para restabelecer a saúde e a integridade do ecossistema da Terra”.

Comentário: A atual crise econômica mundial reduz os recursos financeiros para a cooperação internacional e aumenta a competição entre os países. Prometer uma abordagem holística para garantir a integridade dos ecossistemas é ótimo, mas sem recursos financeiros se torna vazia.

O ITEM C TRATA DA FORMA DE ENVOLVER OS PRINCIPAIS GRUPOS E OUTRAS PARTES INTERESSADAS NA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, TAIS COMO: os poderes legislativos regionais, nacionais e sub-nacional, os judiciários e todos os principais grupos: mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, empresas e indústria, a comunidade científica e tecnológica, os agricultores, os setores público e privado, etc.

Comentário: A ampla participação é fundamental para o desenvolvimento sustentável, mas existe uma grande assimetria entre a participação governamental e a atuação da sociedade civil. Como afirmou Wael Hmaidan, da Climate Action Network International, que discursou em nome do chamado “major group”, o documento aprovado pela diplomacia, intitulado O Futuro que Queremos, está “totalmente fora de contato com a realidade e exigimos que as palavras ‘com plena participação da sociedade

de civil' sejam removidas do texto". Outras ONGs (como Vitae Civilis e Idec) também criticaram o processo de negociação da ONU e pediram mais participação efetiva da sociedade civil nas decisões.

O TÓPICO III TRATA DA ECONOMIA VERDE NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA, entendendo que "existem diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país, de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais, para alcançar o desenvolvimento sustentável nas suas três dimensões". O parágrafo 60 diz: "Reconhecemos que a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza vai aumentar nossa capacidade de gerir os recursos naturais de forma sustentável e com menores impactos ambientais negativos, além de aumentar a eficiência dos recursos e reduzir o lixo e o desperdício".

Comentário: A questão da economia verde é um dos temas mais polêmicos do documento. Mas tanto desenvolvimento sustentável como economia verde são termos que podem ser capturados pelos interesses do capitalismo. Evidentemente, existe grande concordância na necessidade de construção de uma sociedade de baixo carbono e na superação do modelo de desenvolvimento marron e poluidor. Retirar os cerca de um trilhão de dólares de subsídios da indústria fóssil seria um passo decisivo para a economia verde. Mas não haverá nenhum ganho se a economia verde for entendida como uma forma de gerar uma maquiagem verde para manter o atual modelo insustentável de crescimento da produção e do consumo conspícuo. Se fosse garantida energia limpa e renovável para todos os habitantes do mundo, com produção descentralizada e geração de empregos decentes, já seria um grande passo para a chamada economia verde e inclusiva.

O TÓPICO IV TRATA DO QUADRO INSTITUCIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O item A, aborda o reforço das três dimensões do desenvolvimento sustentável, adotando uma abordagem de ação orientada para resultados, levando em conta todos os relevantes temas transversais. O item B, trata do reforço dos acordos intergovernamentais, ressaltando a necessidade de fortalecer todo o sistema das Nações Unidas, destacando a criação de um Fórum de alto nível político, para acompanhar a implementação do desenvol-



“Prometer uma abordagem holística para garantir a integridade dos ecossistemas é ótimo, mas sem recursos financeiros se torna vazia.”

vimento sustentável, evitando a sobreposição com as estruturas existentes.

Comentário: O reforço da capacidade da ONU para regular o processo de desenvolvimento sustentável possui muitas resistências das forças capitalistas, assim como existe enorme dificuldade para definir os recursos para o financiamento. Na falta de compromisso financeiro, o fórum de alto nível vem para fortalecer o PNUMA, aumentando a capacidade de gestão da ONU. Mas isto depende da forma de implementação.

O TÓPICO V TRATA DO QUADRO DE AÇÃO E SEGUIMENTO, ABORDANDO AS ÁREAS TEMÁTICAS E QUESTÕES INTERSETORIAIS, tais como: Erradicação da pobreza; Segurança alimentar e nutricional e agricultura sustentável; Água e saneamento; Energia; O turismo sustentável; O transporte sustentável; Cidades sustentáveis e assentamentos humanos; Saúde e população; Promover o pleno emprego produtivo, o trabalho digno para todos e a proteção social; Oceanos e mares; Pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS); Países menos desenvolvidos; Países menos desenvolvidos sem litoral; África; Os esforços regionais; Redução do risco de desastres; As mudanças climáticas; Florestas; Biodiversidade; Desertificação degradação do solo, e seca; Montanhas; Produtos químicos e resíduos; Consumo e produção sustentáveis; Mineração e Educação.

Comentário: Todos estes tópicos estão razoavelmente bem colocados e de acordo com as recomendações científicas. Mas também depende da forma de implementação nos anos vindouros. O tópico "A igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres" reafirma o papel vital das mulheres no processo de desenvolvimento sustentável, levando em consideração a participação plena e igualitária e a implementação dos respectivos compromissos e de acordo com a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) bem como a Agenda 21, a Plataforma de Ação da Declaração de Pequim e a Declaração do Milênio.

O PARÁGRAFO 237 AFIRMA: "APOIAMOS MEDIDAS QUE PRIORIZEM A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES EM TODAS AS ESFERAS DE NOSSAS SOCIEDADES, incluindo a remoção das barreiras à sua participação plena e igualitária na tomada de decisões e gestão em todos os níveis, e enfatizamos o impacto da definição de metas específicas e implementação de medidas temporárias, conforme apropriado, para aumentar substancialmente o número de mulheres em posições de liderança, com o objetivo de alcançar a paridade de gênero".

Comentário: A reafirmação da Plataforma de Ação da Conferência de Beijing, de 1995, foi um grande avanço em relação ao Draft Zero de janeiro de 2012, pois a equidade de gênero é

fundamental para o desenvolvimento sustentável e a plena participação social das mulheres. Este tópico foi um avanço também em relação à Cúpula da Terra de 1992. Houve um compromisso de fortalecer a ONU Mulher.

O TÓPICO SOBRE A “UNIVERSALIZAÇÃO DA SAÚDE REPRODUTIVA” ESTÁ ASSIM COLOCADO NO ARTIGO 241: “Estamos empenhados em promover a igualdade de acesso das mulheres e meninas à educação, aos serviços básicos, oportunidades econômicas e serviços de saúde, abordando a saúde da mulher sexual e reprodutiva e assegurar o acesso universal aos métodos modernos de planejamento familiar, que sejam seguros, eficazes, aceitáveis e acessíveis. Neste sentido, reafirmamos nosso compromisso de implementar o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo 1994) e as ações fundamentais para o prosseguimento da execução do Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD)”.

Comentário: O movimento feminista considerou que a ausência do termo “direitos sexuais e reprodutivos” foi um recuo e uma moeda de troca entre os negociadores do documento e as forças do fundamentalismo religioso e do conservadorismo moral. Porém, houve avanço em relação ao Draft Zero, pois foram reafirmados os direitos à saúde reprodutiva e os princípios do Programa de Ação da CIPD do Cairo de 1994. Também as questões da dinâmica demográfica foram minimamente consideradas no documento. O tema dos direitos reprodutivos será a grande batalha do Cairo+20.

O ITEM B, TRATA DA QUESTÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS), UMA DAS NOVIDADES DO DOCUMENTO. O texto diz: “Reconhecemos que o desenvolvimento de metas poderia ser útil para prosseguir uma ação coerente e focada no desenvolvimento sustentável. Reconhecemos ainda a importância e a utilidade de um conjunto de objetivos de desenvolvimento sustentável (SDGs em inglês), baseados na Agenda 21, no Plano de Implementação de Joanesburgo e nos Princípios do Rio 1992. Esses objetivos devem abordar e incorporar de forma equilibrada todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável e suas inter-relações. Eles devem ser coerentes e integrados na Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para além de 2015, contribuindo assim para a realização do desenvolvimento sustentável e servindo como um guia

“O desenvolvimento só será realmente ambientalmente sustentável se for ecocêntrico, garantindo o futuro sustentável não só dos seres humanos, mas de todas as espécies vivas.”

para a implementação e integração do desenvolvimento sustentável no sistema das Nações Unidas como um todo. O desenvolvimento destas metas não deve desviar a atenção ou o esforço da realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”.

Comentário: A definição dos ODS foi adiada, mas pode se tornar um importante instrumento de ação e de monitoramento do processo de degradação do meio ambiente. Tudo vai depender do processo de definição e de implementação dos indicadores e das metas quantitativas a serem definidas.

O TÓPICO 6 TRATA DOS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO. EVIDENTEMENTE ESTE É UM DOS TÓPICOS MAIS DIFÍCEIS, POIS DIZ RESPEITO AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E À NECESSIDADE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA IMPLEMENTAR OS PRINCÍPIOS E SUGESTÕES APROVADAS.

Pelo menos três pontos importantes ficaram de fora do documento:

a) A falta de compromisso claro para eliminar os subsídios da indústria dos combustíveis fósseis; b) A falta de uma defesa clara dos direitos dos animais e da luta pela erradicação do ecocídio; e c) A falta de reconhecimento dos limites do Planeta e a impossibilidade de continuar mantendo um modelo de crescimento indefinido da economia.

Assim, pode-se afirmar que o documento final da reunião dos Chefes de Estado da Rio+20, ocorrida entre 20 a 22 de junho de 2012, não agendou adequadamente as medidas necessárias para evitar o colapso ambi-

ental do Planeta. Enquanto a reunião do G-20, de 18 e 19 de junho no México, injetou bilhões de dólares no FMI para tentar evitar a crise econômica, nenhum dinheiro concreto foi garantido para a crise ambiental.

Porém é preciso ter cuidado com as críticas intempestivas, pois os defensores dos lucros da indústria de combustíveis fósseis, os setores conservadores e os céticos do clima sempre são contra qualquer tipo de Conferência da ONU, pois se recusam a aceitar a regulação do mercado e o controle da poluição. Críticas construtivas são sempre bem vindas, mas não dá para ignorar o fato de que hoje em dia cresce a consciência ambiental e os próprios governos são obrigados a lidar com a gravidade da situação. A grande mobilização provocada pela Rio+20 gerou resultados positivos, pelo menos no que se refere à tomada de consciência da gravidade da situação.

Evidentemente, muita coisa falta ser feita para interromper a marcha rumo ao ecocídio e à destruição da natureza. Foi baixa a dose de ambição e de ação do documento “O futuro que queremos”. Há poucas metas concretas e muitas platitudes. Mas, tentando ser otimista, o resultado final da Rio+20 pode ser considerado um pequeno passo, entre tantos outros que precisam ser dados. O mundo agora sabe da necessidade de se tomar medidas urgentes para limitar as atividades antrópicas. Os passos decisivos ainda precisam ser dados no sentido de garantir uma base mínima de cidadania, respeitando as fronteiras planetárias. Vale o slogan: “Mais acesso e menos excesso”.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de 2012 foi apenas mais uma etapa de uma luta que passa pela mobilização e a conscientização de todos, mas principalmente passa pelo fortalecimento e empoderamento da sociedade civil, para que na Rio+40 as discussões e deliberações do Aterro do Flamengo avancem mais do que as formalidades do RioCentro. ■

José Eustáquio Diniz Alves – Colunista do Portal EcoDebate, é Doutor em demografia e professor titular do mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE; Apresenta seus pontos de vista em caráter pessoal. Texto publicado no portal EcoDebate (27/06/2012).E-mail: jed_alves@yahoo.com.br



Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

Rio+20 ou Rio-20

por Iara Pietricovsky

Pressionados por uma lógica de “cada um por si e o mundo que se dane”, os governos nos levaram a assistir uma farsa.

A abertura oficial, comandada pela presidenta brasileira, Dilma Rousseff, e pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki Moom, foi realizada em um ambiente inosso, burocrático. Os governantes discursaram para uma plateia desinteressada e como se tivessem copiado um o discurso do outro. Monocórdios, sem luz, sem compromisso repetiam a mesma ladainha, sem brilho e vigor. Esse foi o sentimento predominante dos representantes da sociedade civil que assistiram a abertura.

Pensar que em 1992 o mundo vivia a expressão máxima do neoliberalismo, quando presenciou o dismantelamento do papel do Estado, a transferência progressiva do poder às grandes corporações financeiras, comerciais, industriais e agrárias. Hoje, observamos um processo declarado de apropriação privada do espaço público de forma geral e irrestrita, inversão de uma ordem que nos custa reverter 20 anos depois e com a anuência dos governos.

Vimos governos fracos, apresentando um documento inconsistente e sem a ambição necessária para reagir à destruição do Planeta, que ainda pensam na lógica do crescimento econômico como base para o enfrentamento das crises econômica, social e ambiental.

Nosso cenário, em números, é desanimador. Constatamos que existem mais de um bilhão de pessoas ameaçadas de morrer de fome, que

a distância entre ricos e pobres está aumentando, com 70% dos recursos mundiais desfrutados pelos 20% mais ricos, enquanto aqueles no quintil inferior ficam somente com 2%. Comprovamos uma ausência de vontade política dos países mais ricos em mudarem seu padrão de consumo, estilo de vida, porque em grande medida é disso que se trata: os mais ricos são os maiores responsáveis por este padrão que se mostra esgotado e em crise. Lacunas e falta de vontade política no momento de colocar em prática os acordos internacionais, a Agenda 21, os Princípios do Rio, que saíram das Rio92, e todos os outros do Ciclo Social. A nossa crise é de implementação e não de ausência de um marco decente para que possamos fazer a mudança de modelo de desenvolvimento. É uma tensão política e econômica, onde os algozes defensores de um modelo predatório insistem em sua sobrevivência e hegemonia.

O documento aprovado retrocedeu nos direitos das mulheres, não resolveu o problema do financiamento ao desenvolvimento sustentável e muito menos os problemas diretamente relacionados à mudança climática, assim como, não solucionou o problema de transferência de tecnologia, direito a água, piso social básico, entre muitos dos temas fundamentais para que os direitos humanos sejam efetivados e os países caminhem para a sustentabilidade.

Mesmo naquilo que o documento aponta como positivo, a linguagem é pouco subs-

tanciosa, voluntária e fragiliza os Princípios aprovados há 20 anos na Rio92. Os governos reconhecem a crise econômica e sua profundidade, no entanto, não se mostraram corajosos nas decisões que poderiam atacar esta situação. A proposta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deveria estar vinculada aos Princípios de responsabilidades comuns, porém diferenciadas; país poluidor-pagador e o da precaução, o que infelizmente não ocorreu, a sua citação é frágil.

O que nós, da Cúpula dos Povos, preconizamos é que a efetivação dos direitos e a busca de processos sustentáveis só será possível, com novas formas de fazer política, com participação das populações, em especial, aquelas afetadas por este desenvolvimento predatório, assim como com outra forma de relação política entre os povos do Planeta. Os países e seus governos não podem mais trabalhar na lógica dos interesses econômicos, mas sim da solidariedade e da mudança radical de padrões de produção e consumo. Cada país possui uma responsabilidade neste processo e deveria estar atuando de forma efetiva. ■

Iara Pietricovsky é antropóloga, membro do colegiado de gestão do Inesc e do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20. Artigo socializado pelo Inesc /Instituto de Estudos Socioeconômicos e publicado pelo portal EcoDebate (22/06/2012).



Um despertar de consciências

O Prêmio Nobel Mario Molina diz ser preciso ‘esperar alguns anos’ para colher resultados da Rio+20. *por Clarissa Vasconcellos*

“A Rio+20 não foi exatamente um bom exemplo de progresso nas discussões. Acredito que poderemos fazer alguns acordos internacionais, mas não agora, temos que esperar uns anos mais”. Assim, o cientista mexicano Mario Molina, Prêmio Nobel de Química em 1995, resumiu a Conferência da ONU. Ele participou de diversas discussões relacionadas a temas de meio ambiente durante o 62º Lindau Nobel Laureate Meeting, evento que reuniu 27 ganhadores do Prêmio Nobel e 592 jovens cientistas em Lindau, no sul da Alemanha, de 1º a 6 de julho.

CFC E CAMADA DE OZÔNIO

Químico de formação, Molina tornou-se célebre por descobrir que os clorofluorcarbonetos (CFC) são nocivos à camada de ozônio. Em 1995, ele dividiu o Prêmio Nobel com Paul Crutzen e Sherwood Rowland “por seu trabalho na química atmosférica, em especial a que estuda a formação e decomposição da camada de ozônio”. Para Molina, a Rio+20 foi prejudicada pela conjuntura atual na economia mundial, afetada pela crise, mas funcionou como uma “chamada para despertar” a consciência das pessoas.

“A mensagem mais forte é que se não nos preocuparmos com o meio ambiente, o custo será muito maior, será mais difícil realizar o desenvolvimento econômico”, ressalta Molina ao lembrar ser importante estimular o trabalho conjunto de cientistas e economistas. “Precisamos nos comunicar mais entre nós e com a sociedade para repassar que precisamos fazer mais sacrifícios para resolver o problema”, pontua.

Conselheiro do Governo do presidente Barack Obama para temas de Ciência e Tecnologia e com sólida carreira nos Estados Uni-

dos, Molina aponta a política interna dos EUA como um dos principais entraves para acordos internacionais, especialmente as forças dentro do Partido Republicano. Porém, afirma que dentro dessa ilha conservadora há representantes “com ideias mais racionais que as linhas de seu partido” e lembra que cerca de metade da população americana “está pronta para aceitar mudanças” nos padrões de comportamento. “Isso me faz mais otimista”, conta.

Polêmica – Molina acredita na teoria que relaciona as atuais tragédias provocadas por enchentes, furacões e outros fenômenos naturais à atividade humana e crê que esse tipo de acontecimento “vai empurrar a sociedade à reação”. Perguntado sobre o que acha das opiniões de físico Ivar Giaever, que, em sua conferência em Lindau classificou como uma “nova religião” a questão do aquecimento global, Molina não pensou duas vezes ao criticar o cientista norueguês. “Infelizmente, o doutor Giaever ganhou um Prêmio Nobel em um campo da Física que não tem nada a ver com mudanças climáticas. Ele mostrou em sua palestra que não conhece nada de mudanças climáticas, cometeu erros enormes, então, é uma pena”. Premiado com o Nobel de Física em 1973 por suas experiências com semi e supercondutores, Giaever tornou-se referência entre os cientistas que negam a influência das ações humanas nas mudanças climáticas.

Giaever trata como “casos isolados” tragédias como o furacão Katrina, em Nova Orleans. “Eu gostaria de sentar e conversar com ele, introduzir um pouco de consciência para que ele pesquise mais. Não basta entrar na internet e buscar uns dados por alguns minutos, você deve explorar a literatura científica. Acho que foi muito emba-

raçoso ter um Prêmio Nobel prestando esse papel ridículo”, dispara Molina.

Hidrelétricas – O cientista mexicano opinou também sobre outro tema controverso, a construção de hidrelétricas, em especial as que envolvem deslocamentos de população e uso de áreas produtivas. “Todas as mudanças têm algum impacto e a expectativa é que os positivos se sobressaiam. A energia hidrelétrica tem o lado bom de não contaminar o meio ambiente, mas é preciso fazer isso de forma adequada”. Molina conta que a “tendência moderna” nesse campo é construir mini-hidrelétricas, para justamente minimizar essas consequências. “Em nosso continente [América Latina] não exploramos o potencial de mini-hidrelétricas. No entanto, o que realmente precisamos priorizar é a não utilização de combustíveis fósseis. Ainda que seja um custo adicional no momento, ele é muito menor que o dano que vai causar”, enfatiza.

Molina acredita que a América Latina precisa “parar de importar porcaria” e padrões de tecnologia que muitas vezes funcionam apenas nos países mais desenvolvidos. “O continente precisa estar pronto para, por exemplo, ser um piloto de desenvolvimento de energia solar. A Alemanha a usa em larga escala e não tem tanto sol quanto as zonas tropicais”, ilustra, ressaltando também a importância de capacitar pessoas, promover incentivos, cooperar com países em desenvolvimento, educar o público a respeito das ameaças ao meio ambiente e remover subsídios aos combustíveis fósseis. ■

Clarissa Vasconcellos – Texto publicado no *Jornal da Ciência/SBPC*, JC e-mail 4536, e republicada pelo *EcoDebate* (11/07/2012).



Roberto Stuckert Filho-PR

O sociólogo e ambientalista Liszt Vieira critica o fato de um dos temas centrais da Rio+20 – a governança global – ter sido posta na mesa e nem sequer discutida.

Impotência da ONU: a grande derrota

Entrevista de Liszt Vieira por Patricia Fachin/IHU On-line

IHU ON-LINE – POR QUE CONSIDERA QUE A RIO+20 COMEÇOU TENDENDO AO FRACASSO? COMO AVALIA A CONFERÊNCIA?

Liszt Vieira – Porque os sistemas de decisão são baseados num consenso, e é difícil encontrar um consenso quando se envolve mais de 150 países: os interesses são diferentes, contraditórios. Esse sistema está falido, e a ONU está à beira da falência, por inoperância, falta de dinamismo interno para tomar decisões. Então, de antemão, já se sabia que a conferência poderia ser considerada um sucesso diplomático, mas um fracasso ambiental. Trata-se da crônica de um fracasso anunciado.

Desse ponto de vista, a governança global foi posta na mesa e nem se quer foi discutida. A única coisa que os chefes de Estado recomendaram foi o fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Os demais temas foram “arranhados” superficialmente para que se pudesse encontrar um mínimo denominador comum, que foi encontrado, mas que não correspondeu às expectativas mínimas e nem está à altura dos problemas ambientais que ameaçam o planeta.

IHU – A ONU AINDA TEM RELEVÂNCIA INTERNACIONAL?

L.V. – A ONU não tem relevância porque não toma decisões. O núcleo duro da ONU é o Conselho de Segurança, formado por cinco países permanentes (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China), que decidem por unanimidade desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os países que perderam a Guerra, como Alemanha e Japão, estão fora desse núcleo, e se um dos cinco países vetar algo, não há avanço. Não existe um sistema de governança mundial. Fora da ONU, existe a Organização Mundial do Comércio (OMC), que aplica sanções para o bem ou para o mal, ou seja, estabelece as regras do jogo. Quem não cumpre as regras, pode ser sancionado. Então, a OMC tem uma efetividade. O Tribunal

Penal Internacional julga e condena genocidas e tem alguma efetividade, mas todos estão fora do sistema da ONU.

A ONU está em crise, paralisada. Claro que é melhor existir do que deixar de existir, porque o mundo é melhor com a ONU do que sem ela. Mas o problema é que ela não consegue dar respostas aos problemas que surgem no mundo.

IHU – ESSA INEFICIÊNCIA É RECENTE OU TEM A VER COM A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA ONU?

L.V. – Claro que tem a ver com o sistema que foi adotado, que funcionou durante algum tempo, mas que diante de grandes crises fica paralisado. O caso é que a questão ambiental está se tornando uma grande crise ecológica, que aponta para uma crise de civilização. A ONU não consegue dar resposta a isso, porque seus encontros internacionais acabam aprovando documentos que são o mínimo denominador comum de 180 países, sempre muito aquém do que seria necessário. A grande derrota é a ONU estar impotente para enfrentar problemas.

Em todas as áreas estamos vendo essa incapacidade de avançar e tomar decisões, porque um país é baseado no petróleo, outro quer investir em energia renovável. Há uma série de interesses na agenda ambiental. Vi, em Joanesburgo e na Rio+10 que quando um país condenava o combustível fóssil e recomendava o uso de energia renovável, um país árabe que tinha petróleo dizia: “*Se você fizer isso eu não compro mais a sua soja, o seu minério*”. Quer dizer, as questões comerciais também estão presentes, embora oficialmente não se trate de comércio. Então, é difícil avançar nesse maranhão. Além disso, quando algumas decisões são tomadas por consenso, não são cumpridas porque cada país tem de ratificar as decisões nos parlamentos nacionais, o que não é feito. E os países não cumprem internamente os tratados e convenções assinados.

No caso da Rio+20, não houve nenhum documento a assinar; foram apenas recomendações apontando caminhos, mas nenhum caminho foi apontado. Os chefes de Estado apenas reafirmaram o compromisso de 20 anos atrás, da Eco-92, mas nem todos os acordos foram reafirmados; alguns ficaram no limbo e não foram mencionados. Só quando “estourar” uma crise mais adiante, daqui a uns 10 anos, os países irão acordar.

IHU – COMO AVALIA O RASCUNHO ZERO DA RIO+20? QUE TEMAS CENTRAIS FICARAM DE FORA DO DOCUMENTO?

L.V. – Muita coisa ficou de fora, como prazos e metas concretas em relação à energia, ao clima, à biodiversidade. Deveriam ter estipulado datas e metas concretas. Pelo que eu sei, o único avanço diz respeito à proteção dos oceanos, algo que teve um nível de concretude. Os demais assuntos foram discutidos numa linguagem abstrata, que não compromete e não obriga.

IHU – É POSSÍVEL FAZER UMA COMPARAÇÃO ENTRE A ECO-92 E A RIO+20? DIRIA QUE HOUVE MAIS AVANÇOS HÁ 20 ANOS?

L.V. – A Eco-92 tinha mais expectativas e esperança, porque houve a assinatura de convenções. Mas para poder assinar convenções do clima, por exemplo, os EUA exigiram esvaziá-la. Então, houve muita concessão em todas as convenções, seja do clima, da biodiversidade, da desertificação. Em relação às florestas, nem houve convenção, mas sim um protocolo, que é um grau hierárquico menor. Em contrapartida, na Eco-92 foram aprovadas a Agenda 21 e a Carta da Terra. Então, houve mais seriedade nas conclusões finais, embora também tenha havido muita decepção porque se queria que os governos estivessem à altura do esperado e não estiveram. Mesmo assim, o resultado foi muito superior ao que se vê hoje na Rio+20, que teve um resultado desastroso, embora diplomaticamente todos os países tenham assinado o documento final, o que é muito positivo. Mas está longe de apresentar um esforço no sentido de equacionar os problemas do planeta.

IHU – COMO VÊ A AGENDA AMBIENTAL BRASILEIRA, ESPECIALMENTE DEPOIS DA ECO-92?

L.V. – O Brasil está bem e tem uma boa imagem em matéria ambiental porque sua matriz energética é renovável. No exterior, o país é muito respeitado. Na Inglaterra, menos de 3% da energia é renovável; na Europa, a média é cerca de 8%, enquanto que no Brasil é de 50%. A hidrelétrica, em princípio, é renovável. Outro debate é discutir se Belo Monte deve ou não ser construída, porque tem-se de avaliar a relação custo/benefício: se o governo gasta muito e a capacidade energética é pequena não vale a pena, mas se gasta pouco e tem uma capacidade energética boa, vale.

O Brasil poderia assumir uma liderança ambiental maior porque está numa situação relativamente confortável. O grande vilão era o desmatamento, mas ele foi controlado, e a Amazônia está preservada. De um modo geral, olhando o mundo como um todo, o Brasil está bem. Obviamente, críticas podem ser feitas e o governo poderia ser mais agressivo na proteção das florestas, na ecologia urbana, em saneamento básico etc. Mas nos últimos 20 anos, o país cresceu, aumentou a renda, reduziu o número de pobres. O problema ambiental é global, e não adianta um único país fazer o dever de casa. Mesmo que ele não polua nada, vai sofrer os impactos das mudanças climáticas. Por isso a solução tem de ser encontrada no plano mundial. A globalização não é só econômica, financeira, tecnológica.

Esse processo de globalização fortalece o global e o local em detrimento do nacional. Hoje, qualquer empresa multinacional tem mais orçamento e poder do que a maioria dos países. Além disso, muitas ONGs ainda têm mais importância no cenário internacional do que a maioria dos países. Enfim, o mundo mudou e a ONU não reflete a nova correlação de forças, que é o fortalecimento da sociedade civil e dos mercados, e o enfraquecimento relativo de muitos países. Essa ficção jurídica de que todos os países são iguais, de que cada país é um voto, leva à paralisia da ONU.

IHU – COMO VÊ A MOBILIZAÇÃO DA CÚPULA DOS POVOS? ESSAS MANIFESTAÇÕES TÊM ALGUM IMPACTO POLÍTICO?

L.V. – Elas terão impacto no futuro. No momento, a ansiedade e a angústia do governo brasileiro era chegar a um acordo, e que a Rio+20 não fosse vista como um fracasso. Por isso eles apressaram a conclusão de um acordo em detrimento da qualidade do texto. Mas a pressão da sociedade civil será muito forte nos países onde os governos têm de se reeleger, e onde as organizações da sociedade civil têm peso de mobilização.

Com o agravamento da questão ambiental, essas manifestações vão refletir num sentido de maior peso da sociedade civil nas decisões a serem tomadas. Mas, no momento, a influência ainda foi pequena.

IHU – UM DOS TEMAS CENTRAIS DA RIO+20 FOI A GOVERNANÇA GLOBAL. CONSIDERANDO A “INEFICIÊNCIA” DA ONU, QUE CARACTERÍSTICAS UM NOVO ORGANISMO INTERNACIONAL PRECISA TER PARA LEVAR EM CONTA A QUESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL QUE ESTÁ EM JOGO NESSAS DISCUSSÕES?

L.V. – Essa é uma questão complexa, que envolve uma coalizão de forças do sistema internacional, desde governos, empresas, sociedade civil, comunidade científica. São muitos atores que devem participar desta discussão. Já existem várias propostas para reformar a ONU, mas nada foi feito porque os países não estão interessados. A Rio+20 é uma demonstração da situação atual da ONU, que não consegue dar respostas. Só quando estourar a crise econômica, social e política de forma mais aguda, decisões contundentes serão tomadas. Isso deve acontecer nos próximos 10 anos.

Por outro lado, a consciência ambiental aumentou muito entre as novas gerações, e também nas empresas. Na Eco-92 havia só dois polos: o governo e sociedade civil. Hoje muitas empresas já despertaram para a questão da sustentabilidade, porque irão perder produtividade e terão prejuízos se não se readaptarem. A comunidade científica também teve uma participação muito pequena na Eco-92, mas hoje está mais ativa e mobilizadora. Esses atores que surgem irão pressionar os governos para aumentar a velocidade e a qualidade das decisões. A ONU será obrigada a encontrar mecanismos de tomada de decisão que sejam mais adequadas à gravidade da questão, e levar em conta a pressão que estão sofrendo desses novos atores. ■

Liszt Vieira – Graduado em Direito, Ciências Sociais e doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ. Foi um dos Coordenadores do Fórum Global da Conferência Rio-92, e leciona no Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. É presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro desde 2003. Entrevista por Patricia Fachin para o IHU On-line (Instituto Humanitas Unisinos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS) e publicada no portal EcoDebate.



A Cúpula...

Andrea Arzaba

e a cartinha ao Papai Noel

Os governos fracassaram, mas a sociedade civil, nos Major Groups e na Cúpula dos Povos, mostrou que as mudanças já começaram e vieram para ficar.

por Henrique Cortez

A Rio+20 não foi um fracasso pelo simples motivo que, de verdade, ninguém esperava que fosse um sucesso. Tolices e bravatas à parte, ela apenas reforçou as críticas que o modelo consensual da ONU é insuficiente para liderar as transformações que se fazem necessárias. No entanto, em paralelo ao evento diplomático, ocorreram significativos avanços nos Major Groups e na Cúpula dos Povos.

Os chamados Major Groups, compostos por representantes da sociedade civil, concentrados em áreas temas [Negócios e Indústria / Crianças e Jovens / Agricultores / Povos Nativos / Autoridades Locais / ONGs / Comunidade Científica e Tecnológica / Mulheres / Trabalhadores e Sindicatos] trabalharam intensamente, produzindo discussões e trabalhos técnicos de suporte, que poderiam ter orientado as decisões das delegações.

Poderiam, mas, ao final, foram solenemente ignorados. Nada discutido ou produzido nos Major Groups foi aproveitado no texto final. Em geral, nada aconteceria, mas desta vez, estes participantes reagiram com vigor, reafirmando que a sociedade civil lá estava para colaborar e ser ouvida.

Novamente ignorados, os participantes (pesquisadores, cientistas, ativistas, representantes de ONGs, etc...) emitiram a

nota *A Rio+20 que a sociedade civil não quer é a que está aí* e formalmente se retiraram do plenário.

Sem respostas, os integrantes da sociedade civil subiram o tom entregando os crachás, em ato de protesto e publicando uma carta aberta contra texto final (leia no quadro a íntegra da carta). Pode parecer pouco, mas foi uma reação inédita e com repercussão internacional. Foi um importante avanço e merece destaque.

De sua parte, a Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental – evento organizado pela sociedade civil global, entre os dias 15 e 23 de junho, no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) – também merece destaque pelas discussões, mobilização e avanços apresentados. Um evento com livre acesso à população e intensas discussões públicas contra a mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns. Milhares de pessoas visitaram a Cúpula dos Povos, acompanhando as discussões e livremente obtendo informações com centenas de ativistas.

Além dos debates, as plenárias produziram documentos com sugestões, colaborações e propostas entregues ao secretário geral da ONU, Ban Ki-moon.

No âmbito dos **Direitos (por justiça social e ambiental)**, que corresponde à Plenária 1, ficou acordado que para garantir esses direitos é preciso, dentre outras medidas, fortalecer os direitos humanos e mudar as políticas públicas, o sistema de produção capitalista que domina, oprime e promove o etnocídio das culturas populares.

Em relação à **defesa dos bens comuns e à mercantilização da vida** (Plenária 2), acordou-se que, para ter direito à terra e ao território, é preciso uma regulamentação fundiária, sendo a Cartografia Social, segundo as organizações participantes, o instrumento para atingir esse objetivo. É preciso haver políticas públicas destinadas a estruturar essas mudanças e financiar projetos socioambientais para as comunidades.

A **soberania alimentar**, defendida na Plenária 3, determinou que, para obtê-la, é necessário fortalecer o pequeno agricultor, o camponês e o indígena. É preciso controlar o uso de agrotóxicos em escala industrial e fortalecer o ideário da agroecologia.

Em relação à **energia e às indústrias extrativas**, assunto da Plenária 4, ficou acordado que as energias renováveis e de controle descentralizado são a saída para a crise energética mundial. É preciso ainda que as organizações que poluem e cau-

sam impactos ambientais negativos sejam adequadamente punidas.

Sobre o trabalho, debatido na Plenária 5, ficou decidido que a reforma agrária, a **abolição do agronegócio** e a **negação à mercantilização da natureza** são medidas importantes para **regular e humanizar o trabalho**. A punição para a **violação de direitos trabalhistas** também foi tema defendido pelos participantes da Cúpula dos Povos.

A Declaração final da Cúpula dos Povos na Rio+20 merece uma leitura atenta, porque claramente demonstra que a sociedade civil sabe o que quer e o que é preciso fazer. E também merecem destaques as mobilizações, destacando a Marcha das Mulheres e a Manifestação em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida. A primeira, realizada em 18/6, no Centro do Rio de Janeiro, reuniu cerca 8 mil pessoas de várias partes do mundo: o primeiro ato público realizado no âmbito da Cúpula dos Povos

No dia 20/6, a manifestação em defesa dos bens comuns e contra a mercantilização da vida, realizada na avenida Rio Branco, com a participação de estudantes e representantes de movimentos sociais, reuniu, pelo menos, 50 mil pessoas. Talvez 80 mil, de acordo com os organizadores. Pouco importa, porque 50 mil pessoas é mais do que suficiente para torná-la a mais significativa e representativa da última década.

Enfim, em paralelo à Rio+20, os avanços foram importantes e visíveis. Quanto à Rio+20 e seu documento "O Futuro que Queremos" se não foi um retrocesso em relação à Cúpula da Terra (Eco92) certamente também não foi um avanço.

Na realidade, o documento mais me parece com uma carta a Papai Noel:

Querido Papai Noel... Prometo que vou ser bonzinho... Prometo que não vou fazer malcriação ... Prometo que vou estudar ... E prometo que não vou mais bater no meu irmãozinho... Promessas, meras promessas, mas nada de compromissos.

Os governos, representados por suas delegações, fracassaram como esperado, mas a sociedade civil, nos Major Groups e na Cúpula dos Povos, mostrou que as mudanças já começaram e vieram para ficar. Neste aspecto, mesmo sem querer, a Rio+20 foi um sucesso. ■

Henrique Cortez, coordenador editorial do Portal EcoDebate, com informações da Cúpula dos Povos. Publicado no portal EcoDebate (25/06/2012).



Julius Mucunguzi-Commonwealth Secretariat

O FUTURO QUE NÃO QUEREMOS

“Sem o nosso consentimento!!! Removam com a plena participação da Sociedade Civil” presente no parágrafo 1 do texto oficial.

Nós – organizações da sociedade civil e movimentos sociais e de justiça que responderam ao apelo da Assembléia Geral das Nações Unidas para participar no processo da Rio +20 – acreditamos que o estado atual das negociações ameaça severamente o futuro de todos os cidadãos do mundo e compromete a relevância e credibilidade das Nações Unidas.

Depois de mais de dois anos de intensas negociações e milhões de dólares investidos na conferência ONU CDS 2012 Rio+20, os governos permanecem incapazes e demonstram falta de vontade em reafirmar os compromissos que fizeram no Rio em 1992 em matéria de princípios fundamentais.

Os governos devem ter presentes que recebem seus mandatos a partir das pessoas, dos seus eleitores e para quem têm o dever de agir no seu melhor interesse. Governantes devem estar imbuídos de uma visão a longo prazo, de uma mentalidade ecologicamente informada, para assim garantir o desenvolvimento sustentável das civilizações e o melhor futuro para todos, o futuro que todos nós realmente queremos.

Embora os governos sejam aparentemente incapazes de lidar resilientemente com a atual crise econômica global (um problema assumido na reunião do G20, neste fim de semana no México), nós acreditamos que este é o momento perfeito, com caráter potencialmente catártico, para adotar o desenvolvimento sustentável e medidas de justiça social e ambiental. Esta não é a hora de abandonar estes valores por razões de políticas fiscais de austeridade ou por alegadas pressões de pró-crescimento no hemisfério Norte. Por isso, apelamos ao Governo do Brasil, ao Secretário-Geral da UN CSD e a todos os Estados-Membros a parar de negociar suas agendas nacionais de curto prazo e a acordar urgentemente em ações de transição para o progresso sustentável global.

Queremos que os Governos forneçam ao povo sua legítima agenda e a realização de seus direitos, da democracia e da sustentabilidade, bem como o respeito pela transparência, responsabilidade e que honrem as promessas e progressos feitos até hoje. Infelizmente, o tempo está se esgotando. Um acordo apressado e ineficiente não será aceitável para nós, nem representará o futuro que todos queremos.

Apelamos aos nossos concidadãos, 99% do mundo a erguerem-se pelo futuro que realmente queremos, e não este imposto por uma minoria: 1% (negociadores e elites constituintes). Em suma, que as vozes da maioria finalmente moldem o futuro.



CIAT

Em *Eating Planet—Nutrition Today: A Challenge for Mankind and for the Planet* ⁽¹⁾, Hans Herren diz como corrigir o fraturado sistema alimentar atual..

por Marlena Branco

O desafio de alimentar o planeta

Segundo Herren, os maiores desafios para a agricultura e o sistema alimentar são a necessidade de *abordar a fome e a pobreza, promover uma melhor nutrição e saúde, adaptação à mudança climática, reduzir as desigualdades e dar apoio aos meios de subsistência rural*. Segundo Herren, a agricultura deve fornecer uma quantidade suficiente de fibras e de alimentos de qualidade ao mesmo tempo acessível aos consumidores, economicamente viável para os produtores e sustentável para o meio ambiente. Ele acredita que os três maiores problemas enfrentados pela agricultura são *a mudança climática, a concorrência com o setor de biocombustíveis, o aumento dos preços da energia fóssil e a iminente escassez dos combustíveis fósseis*.

Herren explica que será necessário sistemas agrícolas mais sustentáveis para enfrentar aqueles desafios, quais sejam: *a agroecologia e agricultura orgânica e biodinâmica*. Mas alerta para a necessidade de se desenvolver e construir a resistência e o potencial regenerativo destes sistemas que ainda utilizam muita água e outros insumos externos muitas vezes não renováveis. Será necessário trabalhar mais para tornar tais sistemas mais sustentáveis nos âmbitos social, ambiental e econômico.

A transição dos sistemas agrícolas insustentáveis para os que fornecem quantidades adequadas de alimentos de alta qualidade com o mínimo impacto ambiental exige uma nova abordagem de pesquisa, de amplitude e aplicabilidade. Ou seja, deve ser participativo e localizado, e incluir as partes interessadas além das envolvidas na produção – *os consumidores e os varejistas do setor*. Herren acredita que esta transição acabará estimulando o estabelecimento do preço real e justo dos produtos. Assim, os preços dos alimentos cobrirão a produção e o período de transição, bem como os custos de saúde indiretos. O preço justo também acabará com os subsídios, substituídos pelos pa-

gamentos por serviços ambientais e recompensas por práticas sustentáveis.

Herren afirma que agricultura e alimentação são responsabilidades dos governos exigindo financiamentos importantes do setor público. Esta responsabilidade não deve ser delegada exclusivamente ao setor privado. O gerenciamento dessa transição de tão grande escala exigirá vontade política e visão em todos os níveis de governança. Novas instituições que serão necessárias para dar suporte e gerir a mudança de paradigma, bem como para promover a alteração do comportamento do consumidor. Uma nova abordagem sistêmica e holística de análise do sistema agrícola e alimentar também será necessária para identificar os pontos-chave de alavancagem e sinergia que levem à concretização dessas mudanças tão vitais.

Solo: base da agricultura sustentável

O elemento base da transição para uma agricultura mais sustentável é o solo. Nos países em desenvolvimento, a terra tem sido despojada de nutrientes enquanto nos países industrializados muitas vezes ocorre o uso excessivo de fertilizantes: atividades que resultam num solo pobre, fator que limita a produtividade agrícola e a sustentabilidade a longo prazo. Segundo Herren, *restaurar a fertilidade do solo* é a preocupação número um para o setor agrícola. E isso só ocorrerá com melhores sistemas de cultivo, diversificação das culturas, inclusão de animais nas fazendas e novos métodos de gestão de doenças e pragas que utilizar de forma mais eficiente mecanismos de controle natural.

Herren acredita que a agricultura pode garantir uma transição bem sucedida para sistemas de produção mais sustentáveis, e ressalta que o capítulo sobre agricultura do Relatório sobre Economia Verde da UNEP ⁽²⁾ (2011) prova que todos os objetivos-chave da sustentabilidade podem ser alcançados – com investimentos muito

abaixo dos subsídios atualmente concedidos, via implementação dos princípios básicos da agricultura sustentável, tal como sugerido no relatório IAASTD, “A agricultura na encruzilhada” ⁽³⁾.

Herren afirma que “*a agricultura precisa ser verde por projeto*” Simples mudanças marginais não serão suficientes. A totalidade do sistema de produção alimentícia deve ajustar-se às demandas de uma população crescente e às restrições dos recursos cada vez mais escassos. O que exigirá investimentos em infra-estrutura rural e ao longo da cadeia de valor que, por sua vez, garantirá mercados para os produtos agrícolas e ajudará a gerar empregos de qualidade no setor agrícola para fixar a população mais jovem no meio rural.

Apesar destes investimentos necessários, um sistema agrícola mais sustentável viável depende do progresso científico e de vontade política. Herren acredita que esse objetivo pode ser alcançado “*ao promovermos avanços transformadores nas ciências agrícolas e nas decisões políticas, os sistemas agrícolas e alimentares acabam se tornando sustentáveis.*” ■

REFERÊNCIAS

- (1) *Eating Planet* 2012 – BCFN Barilla Center (www.barillacfn.com), WorldWatch Institute (www.worldwatch.org). O livro digital pode ser comprado em na Amazon ou i Tunes por USD\$3.99.
- (2) UNEP Green Economy Report (www.unep.org/greeneconomy/greeneconomyreport)
- (3) *Agriculture at a Crossroads* – International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (www.agassessment.org)

Hans Herren é entomologista, agricultor e especialista em desenvolvimento, laureado com o *World Food Prize*, co-presidente da IAASTD e presidente do *Millennium Institute*. **Marlena Branco** é pesquisadora do *Nourishing the Planet*. Artigo publicado em junho de 2012 em www.worldwatch.org/sow11/

EU
NEUTRALIZO



V ENCONTRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

NOVOS OLHARES E NOVAS AÇÕES PARA A
PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

12 a 14 de Setembro Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES

31 3292-4365

INSCRIÇÕES

www.abrampa.org.br

LOCAL DO EVENTO

Auditório do Ministério Público
do Estado do Rio de Janeiro
Av. Marechal Câmara, nº 370, 9º andar - Centro

REALIZAÇÃO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS MEMBROS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DE MEIO AMBIENTE

CO-REALIZAÇÃO



Centro de Estudos Jurídicos do
Ministério Público do estado do Rio de Janeiro

APOIO INSTITUCIONAL



REDE LATINO-AMERICANA DE
MINISTÉRIO PÚBLICO AMBIENTAL





Seca: um combate ilusório

Para o agrônomo Márcio Moura a seca não deve ser combatida com superestruturas, mas com investimento nos sistemas familiares cuja dinâmica produtiva está relacionada à segurança alimentar, à comercialização e à integração com o meio ambiente. *Entrevista com Márcio Moura*

IHU On-Line – CONSTA QUE A ATUAL SECA NO SEMI-ÁRIDO É A MAIOR DOS ÚLTIMOS 50 ANOS. COMO OS SERTANEJOS ENFRENTAM ESSES PERÍODOS?

Márcio Moura – Secularmente o Semi-árido brasileiro ainda vive o dilema da “indústria da seca”. As populações já diagnosticaram previamente quais as necessidades em relação às estruturas hídricas para garantir água ao consumo das famílias, plantios e animais. São necessários investimentos dos governos federal e estadual, assim como aplicação de recursos pelos municípios para a construção de açudes, barreiros, barragens, perfuração de poços, sistemas adutores, a fim de garantir sustentabilidade aos agrossistemas no período de estiagem.

Por outro lado, a sociedade civil organizada, através da Articulação no Semi-árido Brasileiro/ASA (www.asabrasil.org.br), entidade criada em julho de 1999 como fórum de organizações que atuam em prol do desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Semi-árido brasileiro), congrega atualmente cerca de 750 entidades dos mais diversos segmentos envolvidos com essa questão. Nela encontram-se organizações como as igrejas católica e evangélica, algumas ONGs, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais. Até este momento a ASA já viabilizou a construção de mais de 300 mil cisternas de placas de 16.000 litros para o consumo humano, o que vem diferenciando em relação à água de qualidade para as famílias agricultoras. Esse vem sendo um grande apoio para as famílias agricultoras que têm enfrentado a seca.

Para enfrentar os períodos de seca, muitos agricultores/as investem na cultura da estocagem, ou seja, guardam água e alimento para o consumo familiar. Através de técnicas e práticas como a silagem e fenação, assegu-

ram o alimento para os animais e usam água do barreiro, poços e açudes para sustentarem o rebanho. Os que têm menos condições ainda vendem os animais aos atravessadores no período mais difícil – de junho a janeiro – e esperam chover no próximo janeiro para readquirir os animais, quando finalmente se iniciam as chuvas no sertão.

IHU – COMO O SEMI-ÁRIDO APARECE NA AGENDA GOVERNAMENTAL? O GOVERNO BRASILEIRO COMPREENDE QUAIS SÃO AS NECESSIDADES E PRIORIDADES DA REGIÃO?

M.M. – O governo da Presidente Dilma é muito tecnicista. Está mais preocupado com metas e dialoga pouco com a sociedade civil organizada, tanto que está desvalorizando o trabalho da ASA, que desenvolveu uma metodologia participativa para implementar cisternas de placas de 16.000 e 52.000 litros, barragens subterrâneas, bombas populares e barreiros lonados. Essas propostas deveriam ser valorizadas, pois entendemos que a obra física deve vir agregada à construção do conhecimento técnico com o saber das famílias. Nesse sentido, as instituições realizam com as famílias momentos de formação em agroecologia para que elas passem a valorizar o meio ambiente e desenvolvam uma agricultura mais sustentável via saberes tradicionais.

Através do Ministério da Integração, o governo federal está implementando caixas de plástico – visando à campanha eleitoral de 2012 –, fabricadas em São Paulo ao dobro do custo das de alvenaria construídas pelas famílias da região.

Outro equívoco, ainda do governo Lula e que continua no governo Dilma, é a transposição do rio São Francisco. O governo investiu milhões nessa obra, mas a inviabilidade está sendo demonstrada, pois o canal continua seco,

rachando, e o ministro Fernando Bezerra Coelho continua solicitando mais recursos para consertar o que foi iniciado. É mais uma ilusão do governo, que acredita que se combate a seca com superestruturas em vez de investir nos sistemas familiares cuja dinâmica produtiva está relacionada à segurança alimentar, à comercialização e à integração com o meio ambiente.

O lema do governo – “combater a seca” – é retrógrado: Isso é uma ilusão, pois a seca é cíclica, e devemos aprender a conviver com as adversidades de um fenômeno que é natural. As famílias precisam de políticas para estruturação de seus sistemas com mais recursos hídricos, acesso a crédito, assessoria técnica mais qualificada, saneamento básico, educação de qualidade. Enfim, é isso que a zona rural no sertão ainda precisa para que as famílias possam viver com mais qualidade e dignidade.

IHU – COMO DESCREVERIA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DO SEMI-ÁRIDO? A IMAGEM DE POBREZA E SUBDESENVOLVIMENTO AINDA PERDURA OU JÁ COMEÇA A FAZER PARTE DO PASSADO?

M.M. – Acredito que houve avanços. Hoje, estamos num período de seca, mas não há invasão a feiras livres. Existem os programas governamentais como o Bolsa Família, Bolsa Estiagem, Garantia Safra, Programa Brasil Sem Miséria, que são paliativos, mas que acabam auxiliando na compra de alimentos. Esses programas não resolvem o problema, apenas transferem para a próxima geração, pois não são políticas concretas que levem os excluídos a ter acesso aos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais. Na verdade, é uma maquiagem.

Mas não podemos generalizar. Há o trabalho focado na agroecologia que a ASA vem desenvolvendo, inclusive com o Ministério do Desenvolvimento Social. Nele, os agroecossistemas familiares foram estruturados, e as famílias consomem produtos livres de agrotóxicos, garantem a segurança alimentar e o excedente é comercializado na comunidade e na zona urbana através das feiras agroecológicas. O Semi-árido ainda é feito de contrastes.

IHU – QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS IMPASSES AO DESENVOLVIMENTO DO SEMI-ÁRIDO? ALÉM DA CONCENTRAÇÃO DA ÁGUA E DA TERRA, QUE ASPECTOS DESTACA?

M. M. – Há uma cultura assistencialista em que os aspectos eleitorais não são valorizados e na qual as pessoas vendem o seu voto por carga d’água de carripa, remédios, cimento. Devido a isso, são eleitas pessoas com pouca capacidade de gerir em consenso com a sociedade, mas com muita capacidade de enriquecer ilícitamente. A corrupção nas prefeituras municipais é um dos principais fatores para o entrave do desenvolvimento no Semi-árido, apesar de as organizações da sociedade civil organizada apoiar no trabalho com as associações. Ainda falta um despertar para a questão do voto, ou seja, são os velhos clãs que dominam a política local, passando de geração para geração. Há desvios nos recursos da saúde, educação, agricultura.

IHU – HÁ RISCO DE DESERTIFICAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO?

M.M. – O agronegócio e muitas famílias agricultoras realizam práticas como queimadas e uso desenfreado de agrotóxicos, o que vem causando danos à fauna e à flora. Já existem extensões de áreas, como a do município de Gibués, no Piauí, que estão em processo de desertificação devido ao uso inadequado do solo. Segundo dados da Embrapa, 45% da área da vegetação da Caatinga já foi devastada. Portanto, isso é um sinal de que boa parte do solo está descoberto e exposta às chuvas, sol, e vento, os principais vetores da desertificação. Não existem programas ou políticas públicas voltadas para a revitalização de rios e riachos, nem de reflorestamento. Esses investimentos são de realização caras, mas é necessário avançar nos trabalhos educativos de preservação. No campo jurídico existe uma boa legislação de preservação ambiental, mas não há punição.

IHU – COMO A AGROECOLOGIA TEM SIDO DESENVOLVIDA NO SEMI-ÁRIDO? EM QUE MEDIDA CONTRIBUIU PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SUSTENTÁVEL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DA REGIÃO?

M. M. – A agroecologia é um movimento crescente. Mas precisa de mais apoio governamental na implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para que os técnicos possam apoiar as

“45% da área da vegetação da Caatinga já foi devastada, expondo o solo descoberto às chuvas, sol, e vento, vetores da desertificação.”

famílias camponesas rumo a uma agricultura menos danosa e mais auto-sustentável. Quando se discute agroecologia, a família tem que estar envolvida, valorizando o papel e conhecimento dos jovens, das mulheres, dos homens e também o conhecimento do técnico. É nesse intercâmbio de informações que se processa um novo conhecimento. Nele, o agroecossistema é percebido de forma sistêmica: todos os sistemas de criação de animais, cultivos, frutíferas e hortaliças se integram através da biodiversidade; cada sistema auxilia o outro. A agroecologia já tem suas raízes fincadas nas famílias do Semi-árido via processos construídos, sistematizados e socializados para as mídias televisivas, radiofônicas, blogs, redes de organizações. Até o governo está começando a se interessar.

IHU – EM QUE CONSISTE A PROPOSTA DE IMPLANTAR SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL DE PRODUÇÃO NO SEMI-ÁRIDO?

M.M. – O sistema agroflorestal é uma das propostas das entidades que desenvolvem o trabalho agroecológico. Trata-se de um cultivo diversificado que preserva as árvores nativas cujas podas permitem a entrada de luz natural. Assim, pode-se cultivar frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, roçados, capins, enfim, plantas que possuem simbiose e que possam compartilhar o mesmo espaço. Nesses sistemas, o solo fica protegido e mais nutrido, as famílias ampliam a diversidade de alimentos para o consumo e para os animais. Nessa forma de cultivo não se utiliza queimadas, e é abolido o uso de agrotóxicos. As famílias também desenvolvem os quintais produtivos, onde cultivam ao redor da casa, complementando a produção e a geração de renda.

IHU – QUAL A IMPORTÂNCIA DA CAATINGA NA PRESERVAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO?

M.M. – A Caatinga é um dos biomas mais complexos e ricos do mundo, com biodiversidade de plantas e animais que só existe no Brasil. Se bem manejada, a Caatinga fornece alimento para as famílias e para os animais, e é fonte de princípios fitoativos exclusivos para elaboração de remédios. Além da beleza e da capacidade de regeneração quando ocorrem as primeiras chuvas.

IHU – QUAIS AS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES DA DECLARAÇÃO DO SEMI-ÁRIDO?

M.M. – Em Fortaleza, Ceará, representantes de mais de 300 organizações governamentais e não governamentais discutiram e aprovaram a Declaração do Semi-árido, durante a 1ª Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga. O documento apresenta uma série de compromissos e algumas reivindicações importantes, como a inclusão do bioma Caatinga como patrimônio nacional e a aprovação no Congresso Nacional da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca. A Declaração foi apresentada nos eventos paralelos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20. Uma das principais bandeiras é a universalização do acesso à água. Entre as ações pontuadas no documento estão o incentivo à implantação de sistemas agroflorestais como alternativa sustentável de produção, a priorização da agricultura familiar sustentável e o fomento a linhas de crédito oficiais para atividades sustentáveis na Caatinga. ■

Márcio Moura – Graduado em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias de Araripina/Faciagra, agrônomo da ONG Caatinga e coordenador do Programa de Políticas Públicas. Artigo publicado pelo IHU On-line do Instituto Humanitas Unisinos - IHU, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, em São Leopoldo, RS.] e republicado no portal EcoDebate (10/07/2012).

RECURSOS HÍDRICOS

PANTANAL

nascentes e rios ameaçados

Estudo inédito englobando Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina aponta áreas que precisam de mais atenção para garantir a sobrevivência da maior planície alagável do planeta, de populações e de economias.

por Aldem Bourscheit



A conservação da Bacia do rio Paraguai⁽¹⁾ e a sobrevivência do Pantanal estão ameaçadas, principalmente pela degradação de nascentes e barramento de rios que fluem de áreas de planalto (Cerrado) para a planície pantaneira.

Por isso, a inédita “Análise de Risco Ecológico da Bacia do Rio Paraguai”⁽²⁾ lançada no Dia Mundial das Áreas Úmidas (2 de fevereiro) evidencia que metade da bacia pantaneira está sob alto e médio risco ambiental. E que 14% dela necessitam ser protegidos com urgência, por sua grande capacidade de fornecer água e manter os ciclos de cheias e vazantes que dão vida ao Pantanal.

O estudo contou com mais de 30 especialistas dos quatro países e exigiu três anos de esforços, evidenciando também que essas áreas (em vermelho e amarelo no mapa) estão majoritariamente em porções elevadas nas bordas da bacia e são as maiores fornecedoras de água à planície, área que ainda apresenta boas condições ecológicas.

“Conhecendo a “saúde” do Pantanal podemos nos antecipar a problemas futuros, como o das mudanças climáticas. Mas a saúde pantaneira está ameaçada por ações em curso, no presente”, ressaltou Glauco Kimura, coordenador interino do Programa Água para a Vida do WWF-Brasil.

As principais ameaças à Bacia do rio Paraguai são o *desmatamento* e o *manejo inadequado de terras para agropecuária*, causadores de erosões e sedimentação de rios. Barramentos hidrelétricos também estão alterando o regime hídrico natural do Pantanal. O crescimento urbano e populacional é seguido por mais obras de infraestrutura, como rodovias, barragens, portos e hidrovias, colocando em risco o frágil equilíbrio ambiental pantaneiro.

Essas ameaças interagem em conjunto ou isoladamente em cada região mais crítica analisada: cabeceiras e tributários no Cerrado e Bosque Chiquitano

brasileiros; Mata Atlântica da Bacia do rio Paraguai; Eixo de Desenvolvimento Salta/Jujuy; e Puerto Suarez e vale do Tucavaca (Bolívia).

Apenas 11% (ou 123.600km²) da bacia estão protegidos de alguma forma, e meros 5% (56.800km²) sob proteção integral, em parques nacionais ou estaduais e estações ecológicas. Além disso, as mais de 170 áreas protegidas não estão distribuídas de forma adequada para proteger as regiões que mais fornecem água, ou as mais ricas em biodiversidade.

O estudo, realizado em parceria pelo WWF, The Nature Conservancy e Centro de Pesquisas do Pantanal, com apoio do HSBC e Caterpillar, é um forte alerta para que países, estados e municípios adotem uma agenda de redução de riscos e revertam modelos insustentáveis de desenvolvimento. Não há mais espaço para uma cultura de abundância e de desperdício, como se houvesse um estoque infinito de florestas nativas para derru-

bar, de água onde lançar poluentes e de terras para minerar.

A Bacia do rio Paraguai e o Pantanal não devem ser protegidos apenas pelas incontáveis espécies de animais e plantas lá abrigados, pelas belezas e serviços ambientais⁽³⁾ que oferecem, mas também porque a saúde regional dependem mais de oito milhões de pessoas e economias hoje focadas em 30 milhões de cabeças de gado e quase 7 milhões de hectares plantados, área equivalente a um terço do estado de São Paulo.

RECOMENDAÇÕES

O Pantanal, além de ser um abrigo natural de espécies e mantenedor de populações e economias, também é uma preciosa reserva estratégica de água doce, ainda mais importante frente ao futuro incerto das mudanças climáticas.

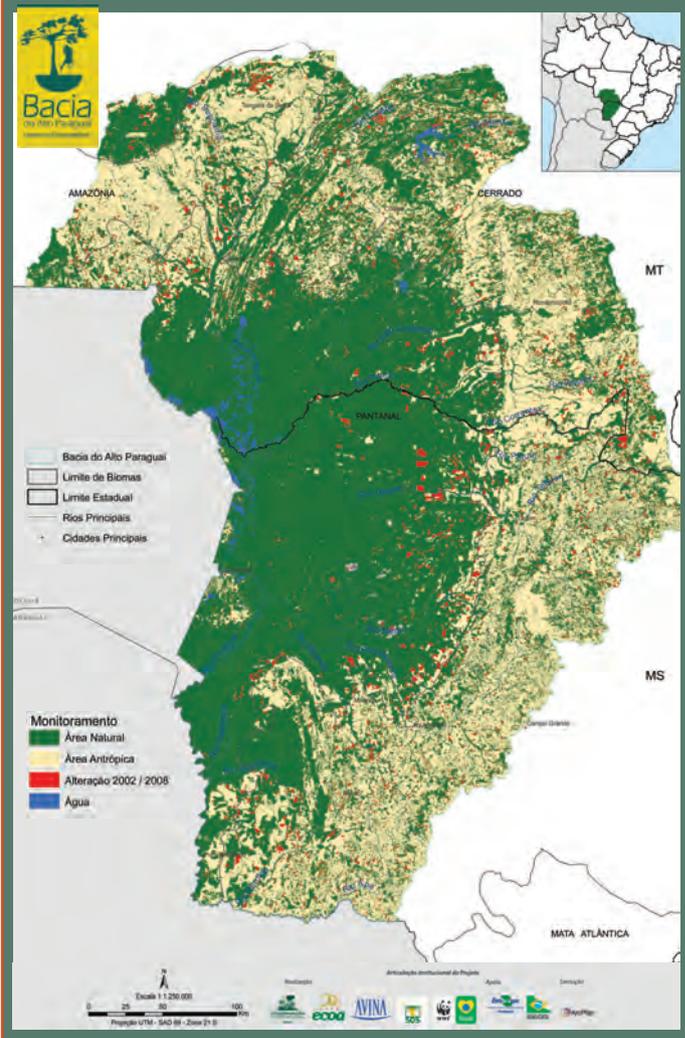
Logo, alterar modelos de desenvolvimento e criar mais áreas protegidas (públicas e privadas), especialmente em regiões de ca-



WWF/Brasil Sérgio Amaral

Mapeamento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai

Porção Brasileira. Período de Análise: 2002 a 2008. © WWF-Brasil



beceiras, são ações inteligentes e estratégicas para os quatro países responsáveis por sua manutenção, bem como desenvolver uma agenda de adaptação da bacia às alterações do clima.

A pecuária extensiva precisa de maior apoio técnico e econômico para que melhores práticas cheguem aos produtores, como conservação de água e solo, manejo e recuperação de pastagens e integração lavoura-pecuária. “O plantio direto na palha é uma boa alternativa, porque protege o solo da chuva e dos ventos, mantendo-o mais rico e produtivo. Mesmo assim, persiste o uso extensivo de agrotóxicos em culturas como a da soja, venenos que chegam aos rios que abastecem o Pantanal”, comentou Kimura.

Além da agropecuária, a bacia tem importantes áreas de mineração, destacando-se regiões andinas como a de Potosi (Bolívia), de extração de gás natural, na transição do Chaco para os Andes, de ouro e diamantes, no Mato Grosso, e ainda

de ferro, manganês e calcário, no Mato Grosso do Sul.

No caso de hidrelétricas em operação, o caminho é implantar esquemas de operação que mantenham os ciclos de cheias e vazantes de modo semelhante ao natural. Para barragens em planejamento, é necessário avaliar seus impactos cumulativos nos rios e na bacia, apontando quais áreas poderão ou não arcar com esses custos ambientais sem prejudicar o Pantanal.

“Barramentos ameaçam a duração e a intensidade dos ciclos de cheias e vazantes, colocando em cheque a vida, economias e populações que dependem do equilíbrio ecológico do Pantanal. Reservatórios alteram a circulação de nutrientes as emissões de gases de efeito estufa, parâmetros que precisam ser mais bem dimensionados”, desta Albano Araújo, coordenador da Estratégia de Água Doce do Programa de Conservação da Mata Atlântica e das Savanas Centrais da The Nature Conservancy. ■

REFERÊNCIAS

- (1) O rio Paraguai nasce na região de Diamantino (MT) e percorre 2,6 mil quilômetros até encontrar o Rio Paraná, já em Corrientes (Argentina). Sua bacia cobre 1,2 milhão de quilômetros quadrados em quatro países, área com quase o tamanho do estado do Pará e altamente diversificada em termos de ecossistemas e de realidades socioeconômicas.
- (2) A avaliação dos riscos ecológicos de uma bacia hidrográfica é essencial para se estimar sua capacidade de recuperação frente aos impactos esperados do aquecimento global, pois algumas ameaças poderão ganhar força em detrimento de outras. Além disso, ecossistemas naturais, atividades econômicas, cidades e pessoas, todos estão vulneráveis às mudanças climáticas em maior ou menor grau. Esse estudo justamente visa compreender quais são os riscos atuais aos ecossistemas aquáticos da Bacia do Paraguai e como podemos nos preparar a um futuro de incertezas.
- (3) A Embrapa estimou (2008) em US\$112 bilhões por ano os serviços ambientais prestados gratuitamente pelo Pantanal. Logo, vale muito mais manter a região preservada do que zoneá-la com agropecuária, cujo lucro estimado seria de apenas US\$ 414 milhões anuais.

Aldem Bourscheit – Analista de Comunicação / Programa Cerrado Pantanal na WWF-Brasil. **Mapas e fotos em Análise de Risco Ecológico da Bacia do Paraguai (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai), janeiro de 2012, WWF Brasil /LEP. Este relatório pode ser baixado em formato.PDF em http://d3nehc6y19qzo4.cloudfront.net/downloads/26jan12_mtc_wwf_analise_de_risco_portugues.pdf**



Pantanal: dependente das águas do Cerrado

por Embrapa Cerrados

A exuberância natural, a alta diversidade biológica e a imensa planície de áreas alagáveis do Pantanal Matogrossense podem ser ameaçadas pelos impactos nos recursos hídricos do Cerrado.

Os principais rios do Pantanal nascem nos planaltos e nas chapadas do Cerrado. Estudos realizados por pesquisadores da Embrapa Cerrados (Planaltina-DF) concluíram que o Cerrado contribui com a vazão que flui em oito das 12 regiões hidrográficas brasileiras, sendo fundamental para os rios Paraguai, Parnaíba, São Francisco e Tocantins-Araguaia.

Na porção brasileira da região hidrográfica do rio Paraguai, o Cerrado está presente em 62% de sua área e responde por quase 136% da vazão nela produzida. Com essa estimativa, fica evidente a dependência do Pantanal em relação aos recursos hídricos gerados no Cerrado. Isso porque a vazão, que cruza os limites do Cerrado em direção ao Pantanal, é aproximadamente 35% maior do que a vazão que deixa o Brasil pelo rio Paraguai.

DÉFICIT HÍDRICO – Os pesquisadores Jorge Furquim Enoch Werneck Lima e Euzebio Medrado da Silva observaram que o balanço hídrico do Pantanal é negativo em relação à geração de vazão. Isso significa que a evapotranspiração (total de água perdida para a atmosfera) em sua área é superior a precipitação, provocando inclusive, o consumo de parte dos recursos hídricos superficiais provenientes do bioma Cerrado. Ou seja, no restante da bacia hidrográfica, não ocupada por Cerrado, a evapotranspiração é muito superior ao to-

tal precipitado na forma de chuva, provocando um grande déficit hídrico.

É como se toda a precipitação nessa área fosse “consumida” pela evapotranspiração e, ainda, necessitasse de 35% a mais dos recursos hídricos superficiais vindos do Cerrado para suprir essa deficiência.

Dessa forma, o Pantanal, que fica na parte mais baixa da região hidrográfica do Paraguai, funciona como um vasto reservatório raso e como grande espelho d’água, contribuindo de maneira significativa com a “perda” de água para a atmosfera por evaporação.

CLIMA DE SEMI-ÁRIDO – O déficit hídrico também ocorre na região hidrográfica do rio Parnaíba. Nessa região, o Cerrado está presente em aproximadamente 66% de sua área e gera cerca de 106% da vazão média que o rio Parnaíba lança no oceano.

O balanço hídrico negativo existe em função do total precipitado, nas áreas não ocupadas pelo Cerrado, ser inferior ao total evapotranspirado. Uma das razões para que isso aconteça é que grande parte do restante dessa região constitui área de clima Semi-árido.

Na bacia do rio São Francisco, o Cerrado contribui com 94% da vazão e na região hidrográfica Tocantins-Araguaia com quase 71% da vazão que flui em seus rios. As 12 bacias hidrográficas em que a contribuição hídrica do Cerrado foram analisadas são Amazônica, Tocantins-Araguaia, Atlântico Nordeste Ocidental, Parnaíba, São Francisco, Atlântico Leste, Paraná,

Paraguai, Atlântico Nordeste Oriental, Atlântico Sudeste, Uruguai e Atlântico Sul.

Sendo a área do Cerrado uma região com cabeceiras de bacias hidrográficas é fundamental a ampliação dos conhecimentos referentes ao seu comportamento hidrológico e aos impactos sobre seus recursos hídricos.

Além da importância em termos hidrológicos, o Cerrado possui enorme destaque no cenário agrícola. Conta com 61 milhões de hectares de pastagens cultivadas, 14 milhões de hectares de culturas anuais, 3,5 milhões de hectares de culturas perenes e florestais, além de ser responsável por 55% da produção nacional de carne bovina.

Os pesquisadores da Embrapa Cerrados – unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – chamam atenção para a necessidade da ocupação do Cerrado ocorra sob base sustentáveis, gerando o máximo de benefícios com o mínimo de impactos.

Para isso é fundamental a existência de dados e informações técnicas sobre a região para subsidiar a tomada de decisão pelas instituições envolvidas no processo de aproveitamento e gestão de seus recursos naturais. ■

Fonte: **Embrapa Cerrados**. Texto originalmente publicado pela Rede Cerrado [<http://redecerrado.blogspot.com/>] e no portal *EcoDebate* (07/03/2008).

A natureza privilegia a Ilha de Boipeba, com um mar que impressiona qualquer pessoa, em uma das mais exuberantes paisagens do litoral brasileiro.



Depois de andar pelo mundo, aprendendo e ensinando alguns segredos da culinária, Marina Fiacchi, ítalo-brasileira de Bologna, encontrou Boipeba para viver e construir sua Pousada Marina de Boipeba e Restaurante L'Ancora, reconhecidos por celebridades nacionais e estrangeiras. Numa área de 5 mil metros quadrados, contando com 7 apartamentos e dois chalés, beirando rio e mar, você pode desfrutar da natureza exuberante, acordar com o canto dos pássaros, degustar um excelente café da manhã e conhecer praias belíssimas, piscinas naturais, caminhadas pela mata atlântica e passeios ao redor da ilha!

No verão, entre dezembro e fevereiro, o Restaurante L'Ancora abre para o jantar, com cardápio de massas e molhos italianos preparados por Marina, com os sabores do norte da Itália, aprendidos desde criança com sua avó e sua mãe, conhecidas em Bologna pela excelência da culinária.

O poeta baiano Joelson Meira costuma dizer que o Brasil tem sua Polinésia.

E ela se chama Ilha de Boipeba!

Vale a pena conhecer !





Zipckr

Terra, nossa morada no Universo

“Em algum canto afastado do universo estendido no resplendor de inumeráveis sistemas solares, houve uma vez uma estrela sobre a qual animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto de maior arrogância e o mais mentiroso da história universal: mas foi só um minuto. Apenas alguns suspiros da natureza e a estrela se congelou, os animais inteligentes tiveram que morrer.”
Nietzsche, “Introdução teórica sobre a verdade e a mentira num sentido extranormal”¹

por Carlos Leonardo Figueiredo Gomes

Imagino a emoção de Gagárin ao ver pela primeira vez, do espaço, nosso planeta como uma bola azul, matizada com nuvens brancas sobre um fundo escuro, solta no espaço, sem nada para segurá-la, presa apenas pelas forças invisíveis que mantêm todo universo em harmonia, como a gravidade a centrífuga, e etc. *“A Terra é azul!”* Ele exclamou. E como ela, ele também em sua nave, estava solto e a “vagar” pelo universo.

Poucos de nós se atêm a alguns aspectos importantes quando falamos do planeta Terra e sua real importância para nós como nossa morada no universo.

TERRA: UM COLOSSO ESGOTÁVEL

Imaginamos a Terra como um lugar imenso que pode nos prover de todas as nossas necessidades. Afinal, nosso planeta, em números redondos, possui aproximadamen-

te 4,5 bilhões de anos, mede cerca de 40. mil km de circunferência, possui mais de 12 mil km de diâmetro no equador, pesa mais de 6 sextilhões de toneladas, com uma área de mais de 510 milhões km², sendo 150 milhões km² de terras emersas, equivalendo a 30% do total, e os restantes, 360 milhões km², equivalentes a 70% do total, de mares e oceanos, com profundidades médias de aproximadamente 4 mil metros, quase inex-

plorados, e isso tudo, viajando pelo espaço, em órbita do sol, numa velocidade espantosa de quase 30km por segundo, ou seja, mais de 107 mil km por hora.

Além da superfície, onde vivemos, existem espaços sob e sobre ela que nos propiciam condições para explorar recursos necessários à nossa sobrevivência. Assim, vemos que a estrutura da Terra, além da mencionada superfície, chamada de crosta, que vai a uma profundidade de até 40km sob os oceanos a até 90km nos continentes, possui ainda, além dela, um manto, com matéria pastosa com mais de 2.900 km de espessura, composta de silício, ferro, alumínio, magnésio, e um núcleo com matéria incandescente formada por níquel e ferro. Como se não bastasse, sobre a crosta, há uma camada de ar composta de diversos gases, a atmosfera, que vai até 1000km de altura, formada basicamente de nitrogênio, oxigênio, argônio e ainda inúmeros outros gases.

Vivendo nessa estrutura fantástica, existem cerca de quase 9 milhões de espécies vivas, e pasmem, há mais desse tanto a ser descoberta segundo algumas previsões, e segundo outras, nossas espécies poderão chegar a 30 milhões.

Tudo isso nos deu, pelos menos até há pouco tempo, uma ideia de que o nosso planeta possui uma fonte inesgotável de suprimentos, que poderia nos abastecer eternamente. Aliás, a maioria das pessoas ainda ve a Terra como fonte inesgotável e eterna, fruto de um pensamento gerado numa cultura que ainda não desenvolveu uma mentalidade ambiental, no sentido de ver nossas limitações.

A síndrome da inesgotabilidade do planeta Sob esse aspecto, nossa situação é preocupante, pois, grande parte da população mundial, mesmo que inconsciente, ainda vê o nosso mundo como um lugar de abundância infinita. Por isso, uma das principais preocupações quando se fala em meio ambiente, é justamente sobre a inesgotabilidade do planeta. Ou seja, a ilusão de que é inesgotável e a realidade de que é esgotável, gerando nas pessoas, o que se poderia chamar de “*síndrome da inesgotabilidade do planeta*”.

Dois fatores ou crenças, de origem histórica, agravam esse fato que denominei de “*síndrome da inesgotabilidade do planeta*”.

O PRIMEIRO é o de que, através dos tempos, o ser humano tem se mostrado altamente

“Grande parte da população mundial ainda vê a Terra como um planeta de abundância inesgotável.”

capaz em superar dificuldades, e sempre que surge um grande problema, ele encontra uma solução. Cria máquinas, inventa remédios, métodos de trabalho, supera pestes, doenças, catástrofes das mais diversas, faz guerra devastadoras e atenua suas consequências. Para isso, inventou inúmeras ciências e especialidades, fazendo com que o homem por si e entre si passasse a conviver, apesar das vicissitudes, com maior segurança. Ele tende a superar tudo numa velocidade assustadora. E assim, essa crença que pode resolver tudo invade o pensamento humano em todas as esferas; só que quanto ao meio ambiente ele pode se decepcionar. O animal inteligente, esse mesmo que inventou o conhecimento pode extinguir-se *a si mesmo*, pois, ele vive num processo de suicídio coletivo, por inércia e confiança inconsciente em suas potencialidades técnicas e científicas, acreditando que não importa o problema que há de vir, ele, o ser humano o resolverá.

O SEGUNDO é baseado na crença de que existe um lugar para a humanidade se refugiar em caso de uma grande catástrofe. Também, pudera, nossos antepassados sempre procuraram novos mundos. Navegadores e desbravadores atingiram seus quatro cantos, e por isso, a história inseriu em cada ser humano essa crença: de que existe um novo mundo, nem que seja no interior da terra, no fundo do mar ou no espaço sideral. De certo que existem lugares dos mais diversos; o Universo é infinito, mas não é descartável.

As consequências por acreditar que o planeta é inesgotável são gravíssimas, principalmente por que incrementa o uso não sustentado do mesmo, e assim, vemos que nós, os humanos, temos sido o seu maior destruidor. Salta aos olhos os impactos negativos que a humanidade exerce sobre o planeta. Milhões de toneladas de lixo são

produzidas a cada ano. A poluição das águas, através dos rios, lagos e mares são crescentes; a poluição do ar tem causado o efeito estufa, que por sua vez, aumenta o aquecimento global e provoca o degelo nos polos. O aumento da erosão vem causando desertificação em inúmeros lugares no planeta, e, sem citar todo tipo de agressividade ambiental provocada pelo homem, podemos incluir ainda, a poluição sonora, a poluição visual e a poluição eletromagnética, e, em vista disso tudo, milhares de espécies são extintas todo ano.

Não é objetivo deste trabalho adentrar por demais nesse tema específico, mas, se analisarmos, por exemplo, somente a questão da água, este texto poderá ser classificado como escatológico.

ÁGUA: RECURSO EM ESCASSEZ

Com referência a água, e, com relação a ela, sabemos que apesar de ocupar 75% do planeta, somente cerca de 0,6%, ou seja, menos de 1% é doce. Não bastasse sua escassez, somente 0,1% é potável. O restante, 97,3% é salgado e está nos oceanos, os outros restantes 2%, congelada nos polos.

Só estes dados sobre a água, a bem pensar, nos dá certa insegurança sobre o nosso futuro. Há um aumento enorme na população que exige maior consumo da mesma em todos os níveis. Imaginem, por exemplo, a quantidade de água usada na agricultura, na indústria e no uso doméstico, etc.

Todavia, observando as estatísticas também de outros elementos ambientais, sem qualquer esforço verificamos que em vista do crescimento desordenado da população, que reclama mais e mais do uso do planeta, as coisas tendem a se agravar.

A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

Desde há muito, o homem tem se preocupado com o aumento da população. No século 18, por exemplo, o economista inglês, Robert T. Malthus, afirmou que a desproporção da produção de alimentos e o aumento da população, causariam a pobreza crescente e a fome permanente. Malthus foi amplamente criticado, pois ignorou a estrutura social e econômica e as possibilidades criadas pela tecnologia agrícola.

No entanto, a pobreza e a fome têm aumentado e muito em nosso planeta. Se Malthus esqueceu-se do desenvolvimento tecnoló-

gico, seus críticos esqueceram-se do egoísmo humano, dá má utilização da tecnologia, da corrupção e dos interesses políticos, dentre outros, e por outros caminhos, parte de sua previsão está acontecendo, o aumento da pobreza e da fome.

E é nesse contexto que o animal inteligente, o homem encontra-se hoje. Apesar do desenvolvimento tecnológico e científico, a corrupção e o modelo de educação que usamos nos faz aceitar a existência de povos vivendo na pobreza extrema, que não têm água e nem o que comer. E as expectativas para o futuro, baseados no estilo de vida atual, é que pode faltar água daqui a alguns anos para mais e mais pessoas, e atrás disso virá doenças, fome e outras desgraças. Tudo causado pelo próprio homem. Parece inacreditável, a bola azul, matizada com nuvens brancas, solta no espaço, que é o lar, a morada, a casa, do animal inteligente, o homem, pode tornar-se, em breve, um lugar inóspito para a humanidade.

Educação: chave para o viver sustentável
Na verdade, o ser humano sabe que os problemas com o meio ambiente devem ser prevenidos e não remediados, e a prevenção só é possível pela educação. Daí, o único remédio para a “síndrome da inesgotabilidade” é o trabalho educativo, que disciplinará o consumo, e provocará a sustentabilidade em sua existência em todos os aspectos, promovendo uma verdadeira conscientização planetária. A educação fará com que o homem viva desde o nascimento até a morte de maneira sustentável; e esta será a palavra do século, a senha da vida e deve ser despertada desde tenra idade, e em todas as instituições humanas.

Só que nesse aspecto, o homem também sabe que a educação depende de vontade política, de um verdadeiro compromisso, o que não tem acontecido, pois, o que se vê em matéria educativa relacionada ao meio ambiente, são discursos demagógicos com propagandas na mídia, que são insuficientes para suprir todo aparato educativo em assunto de tal natureza.

Procuram fazer leis que não atendem as necessidades de proteção do planeta; assinam tratados, convenções e outros documentos de cunho econômico onde o meio ambiente é mencionado, e os nomeiam como documentos ambientais. Na verdade os governos cumprem metas. Com tanto “barulho”, querem se justificar para a posteridade...

“A humanidade vive um processo de suicídio coletivo por inércia e confiança em suas potencialidades técnicas e científicas que tudo resolvem.”

UMA ARCA DE NOÉ SIDERAL?

A título de ilustração, e apenas para fazer uma conexão com nossa condição de existência no universo, e, numa hipótese de ter que desocupar o planeta, até mesmo por pressão do crescimento demográfico, dentre outras, recorro a Isaac Azimov. Ele nos informa em seu “Vida Extraterrena²”, livro científico na área de astrobiologia, as dificuldades de uma possível viagem interestelar, que demorariam milhares de anos. Contudo, após análise de muitas possibilidades, ele sugeriu o uso de uma nave imensa, uma colônia espacial, que utilizaria energia retirada do hidrogênio e viajaria com toda sua estrutura, que incluiria o solo, a água, ar, plantas, animais e pessoas, rumo ao desconhecido. Os colonos não estariam deixando suas casas, mas levando elas consigo e constituiriam um mundo independente.

Nesse contexto, podemos facilmente imaginar que tudo estaria limitado e a convivência naquela colônia deveria obedecer a regras rígidas, se não poderia haver um caos. A viagem seria só de ida, todos os tripulantes teriam conhecimento que a partir daquele momento aquela nave seria sua morada, deveriam cuidar dela de forma tão metódica, tão cuidadosa, porque senão o fim estaria próximo.

Em essência, a única diferença entre a nave de Azimov e a Terra, seria sua rota. O planeta Terra está viajando no espaço, obedecendo a uma trajetória que nenhum de seus tripulantes pode alterar, mas, até então segura, pois de acordo com as leis universais e inteligentes que regem o Todo.

Para que melhor entendamos esse aspecto do nosso planeta como nosso lugar no Universo, proponho que coloquemos nossa imaginação para funcionar e façamos um pequeno exercício psíquico, onde será necessário evocar a imaginação. Faremos, pois, uma viagem mental no espaço sideral³. Ao ler as próximas linhas, pare a leitura em algum trecho que considerar conveniente, feche os olhos e sinta o momento ali descrito.

Sente-se em um local confortável. Imagine esse local onde você está sentado sendo observado do alto, de dois metros de altura. Você verá a cadeira onde está sentado, as coisas em sua volta. Suba mais, verá o teto da casa, e, à medida que for subindo irá vendo cada vez mais coisas, seu bairro, sua cidade, os contornos do continente no mar, o planeta Terra como uma bola azul. Suba mais, e verá cada vez mais essa bola ir diminuindo, até se mostrar como um grãozinho solto num imenso fundo negro e desaparecer! É lá (aqui) que estamos agora, neste exato momento, naquele (neste) grãozinho que sumiu no espaço, infinito e escuro. Tente sentir isso. Essa é nossa condição atual, nossa condição nesse exato instante.

Pense bem nisso, estamos “vagando” por um mar sem fim, absorto na escuridão, a milhares de quilômetros por hora, a mercê das leis que regem o universo. À primeira vista, estamos sós, sozinhos soltos nesse espetacular e desconhecido oceano sombrio, a despeito dos grandes conhecimentos que a humanidade conseguiu e vem conseguindo sobre o universo.

Esta é a grande questão! Para onde iremos quando nossos suprimentos acabarem? Nosso mundo é como uma nave à deriva, não podemos guiá-la. Aliás, o capitão que deu sua rota inicial e a mantém nela possui todos os conhecimentos cartográficos e de navegação. Nossa preocupação é uma só, cuidar de seu meio para que possamos navegar pelo universo e existir com dignidade. ■

REFERÊNCIAS

- 1 - Citado por: GUEDEZ, Annie. Foucault, Melhoramentos, Ed. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.
- 2 - Círculo do Livro, 1992.
- 3 - Usei esse experimento em sala de aula, quando ia falar sobre consciência do meio ambiente.

Carlos Leonardo Figueiredo Gomes é ambientalista, advogado, sociólogo, especialista em ciências penais. Ensaio publicado no portal *EcoDebate* (12/07/2012)

Ele continua lindo...



...e ainda mais, com sustentabilidade.



CRÉDITO CONSIGNADO

Aqui é simples, rápido e fácil.



APOSENTADOS

FEDERAIS CIVIS

PENSIONISTAS DO INSS

GOVERNO

FORÇAS ARMADAS

ESTADO

Trabalhamos em todo território nacional.

Faça com quem entende.

(21)3176-0869

www.rnrrio.com.br

atendimento@rnrrio.com.br

Av. Marechal Floriano, 48 Sobreloja - Centro Rio de Janeiro - RJ



Manu Dias-SECOM

A cidadania ambiental vem sendo desrespeitada, com pouco espaço para diálogo. Educação se dá pelo exemplo e não por decreto!

por Eloy Cassagrande Jr.

Educação Ambiental obrigatória: um Brasil mais sustentável?

O Diário Oficial da União, publicou no dia 15 de junho, em meio a realização da Rio+20, a resolução que estabelece as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental”. De acordo com a mesma, o “*atributo ambiental na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental*”.

Destaco aqui o termo “*cidadania ambiental*”, pouco exercida durante na Rio+20, cujo documento final oficial foi duramente criticado pela sociedade civil organizada, que pediu para que se retirasse o termo “*ampla participação da sociedade civil*”. A nova lei evidencia a necessidade da transversalidade como forma de valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente. No entanto, ambientalistas têm demonstrado sua insatisfação com a postura do governo brasileiro em relação à construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, que recebe duras críticas internacionais, a aprovação do Código Florestal que enfra-

quece a proteção da nossa biodiversidade, a isenção de IPI para automóveis poluentes, entre outras. A cidadania ambiental aqui vem sendo claramente desrespeitada, com pouco espaço para diálogo.

Resoluções como estas – de tornar obrigatório os conhecimentos dos problemas socioambientais, assim como as propostas de soluções – se arrastam desde a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, que já estabelecia que a educação ambiental deveria ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente. Na nova resolução vemos frases de efeito como “*O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social.*”

A educação se dá pelo exemplo e não por decreto! Assim como governos anteriores, o da presidente Dilma Rousseff ainda não assumiu o compromisso de proteção do meio ambiente e nem com a educação de qualidade, tendo em vista que mais de cinquenta universidades federais estão em greve por melhores salários para os professores, reestruturação do plano

de carreira e condições de trabalho.

Numa política clara que estimula o consumo desenfreado, levando ao endividamento e à inadimplência milhares de brasileiros, o governo demonstra sua incoerência ao tratar da questão ambiental. Quanto mais consumismo, mais uso de recursos naturais não renováveis e de energia, conseqüentemente, mais poluição e degradação ambiental. Matemática simples que não bate com lógica da preservação! Concluí-se, assim, que os dois termos “*educação*” e “*ambiental*”, ainda estão sem interação e que não podem ser sustentados somente por discursos e retóricas.

O lado bom da resolução é que esta deverá provocar o debate interno nas instituições de ensino, onde se espera que professores e administradores estabeleçam medidas necessárias para mudanças nas grades curriculares defasadas com a questão ambiental. Preocupação maior está no ensino superior, onde ainda predomina o ensino tecnológico “duro”, onde o foco é a produtividade.

O cenário poderia ser melhor se nossos líderes mundiais tivessem assinado o documento da Rio+20, com metas estabelecidas e compromimentos. Infelizmente, perdemos mais uma oportunidade do exemplo que educa! ■

Prof. Dr. Eloy F. Cassagrande Jr., Coordenador do Escritório Verde da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Publicado no portal EcoDebate (03/07/2012).



13 razões para o veto total ao Código Florestal

Este texto reflete exame minucioso do Projeto de Lei 1876/99, revisado pela Câmara dos Deputados, à luz dos compromissos da Presidenta Dilma Rousseff assumidos em sua campanha nas eleições de 2010.

por André Lima, Raul Valle e Tasso Azevedo

Para cumprir seu compromisso de campanha e não permitir incentivos a mais desmatamentos, redução de área de preservação e anistia a crimes ambientais, a Presidenta Dilma terá que reverter ou recuperar, no mínimo, os dispositivos identificados abaixo. No entanto, a maioria dos dispositivos são irreversíveis ou irrecuperáveis por meio de veto parcial.

A hipótese de vetos pontuais a alguns ou mesmo a todos os dispositivos aqui comentados, além de não resolver os problemas centrais colocados por cada dispositivo (aprovado ou rejeitado), terá como efeito a entrada em vigor de uma legislação despida de clareza, de objetivos, de razoabilidade, de proporcionalidade e de justiça social. Vulnerável, pois, ao provável questiona-

mento de sua constitucionalidade. Além disso, deixará um vazio de proteção em temas sensíveis como as veredas na região de cerrado e os mangues.

Para preencher os vazios fala-se da alternativa de uma Medida Provisória concomitante com a mensagem de veto parcial. Porém esta não é uma solução, pois devolve à bancada

ruralista e à base rebelde na Câmara dos Deputados o poder final de decidir novamente sobre a mesma matéria. A Câmara dos Deputados infelizmente já demonstrou por duas vezes – em menos de um ano – não ter compromisso e responsabilidade para com o código florestal. Partidos da base do governo como o PSD, PR, PP, PTB, PDT capitaneados pelo PMDB, elegeram o código florestal como a “questão de honra” para derrotar politicamente o governo por razões exóticas à matéria.

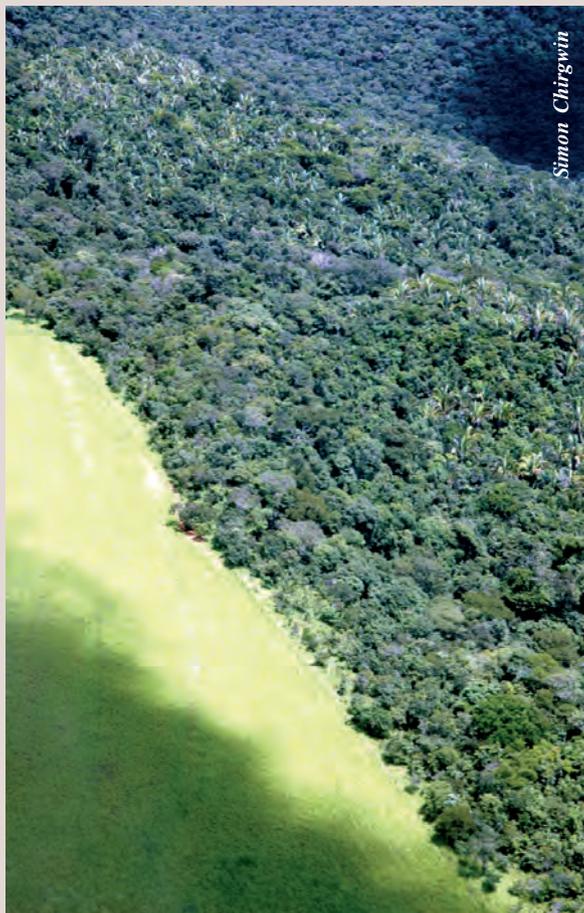
Seja por não atender ao interesse público nacional por uma legislação que salve o equilíbrio ecológico, o uso sustentável dos recursos naturais e a justiça social, seja por ferir frontalmente os princípios do desenvolvimento sustentável, da função social da propriedade rural, da precaução, do interesse público, da razoabilidade e proporcionalidade, da isonomia e da proibição de retrocesso em matéria de direitos sociais, o texto aprovado na Câmara dos Deputados merece ser vetado na íntegra pela Presidenta da República.

Ato contínuo deve ser constituída uma força tarefa para elaborar uma proposta de Política Florestal ampla para o Brasil a ser apresentada no Senado Federal e que substitua o atual código florestal elevando o grau de conservação das florestas e ampliando de forma decisiva as oportunidades para aqueles que desejam fazer prosperar no Brasil uma atividade rural sustentável que nos dê orgulho não só do que produzimos, mas da forma como produzimos.

Enquanto esta nova lei é criada, é plenamente possível por meio da legislação vigente e de regulamentos (decretos e resoluções do CONAMA) o estabelecimento de mecanismos de viabilizem a regularização ambiental e a atividade agropecuária, principalmente dos pequenos produtores rurais.

13 RAZÕES PARA O VETO TOTAL

1. SUPRESSÃO DO ARTIGO PRIMEIRO DO TEXTO APROVADO PELO SENADO QUE ESTABELECEIA OS PRINCÍPIOS JURÍDICOS DE INTERPRETAÇÃO DA LEI QUE LHE GARANTIA A ESSÊNCIA AMBIENTAL NO CASO DE CONTROVÉRSIAS JUDICIAIS OU ADMINISTRATIVAS. Sem esse dispositivo, e



“ No texto fica explícito que o propósito da lei é simplesmente consolidar as atividades agropecuárias ilegais em áreas ambientalmente sensíveis, ou seja, uma lei de anistia florestal.”

considerando-se todos os demais problemas abaixo elencados neste texto, fica explícito que o propósito da lei é simplesmente consolidar atividades agropecuárias ilegais em áreas ambientalmente sensíveis, ou seja, uma lei de anistia florestal. Não há como sanar a supressão desses princípios pelo veto.

2. UTILIZAÇÃO DE CONCEITO INCERTO E GENÉRICO DE POUSIO E SUPRESSÃO DO CONCEITO DE ÁREAS ABANDONADAS E SUBUTILIZADAS. Ao definir pousio como período de não cultivo (em tese para descanso do solo) sem limite de tempo (Art. 3 inciso XI), o projeto permitirá novos desmatamentos em áreas de preservação (encostas, nascentes etc.) sob a alegação de que uma floresta em regeneração (por vezes há 10 anos ou mais) é, na verdade, uma área agrícola “em descanso”. Associado ao fato de que o conceito de áreas

abandonadas ou subutilizadas, previsto tanto na legislação hoje em vigor como no texto do Senado, foi deliberadamente suprimido, teremos um duro golpe na democratização do acesso e da terra, pois áreas mal-utilizadas, possuídas apenas para fins especulativos, serão do dia para a noite terras “produtivas em descanso”. Essa brecha enorme para novos desmatamentos não pode ser resolvida com veto.

3. DISPENSA DE PROTEÇÃO DE 50 METROS NO ENTORNO DE VEREDAS (INCISO XI DO ART. 4º ART). Isso significa a consolidação de ocupações ilegalmente feitas nessas áreas como também novos desmatamentos no entorno das veredas hoje protegidas. Pelo texto aprovado, embora as veredas continuem sendo consideradas área de preservação, elas estarão na prática desprotegidas, pois seu entorno imediato estará sujeito a desmatamento, assoreamento e possivelmente a contaminação com agroquímicos. Sendo as veredas uma das principais fontes de água do Cerrado, o prejuízo é enorme, e não é sanável pelo veto presidencial.

4. DESPROTEÇÃO ÀS ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS. Com a mudança na forma de cálculo das áreas de preservação ao longo dos rios (art.4o), o projeto deixa desprotegidos, segundo cálculos do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), 400 mil km2 de várzeas e igapós. Isso permitirá que esses ecossistemas riquíssimos possam ser ocupados por atividades agropecuárias intensivas, afetando não só a biodiversidade como a sobrevivência de centenas de milhares de famílias que delas fazem uso sustentável.

5. AUMENTO DAS POSSIBILIDADES LEGAIS DE NOVOS DESMATAMENTOS EM APP – O novo texto (no §6º do Art4o) autoriza novos desmatamentos indiscriminadamente em APP para implantação de projetos de aquicultura em propriedades com até 15 módulos fiscais (na Amazônia, propriedades com até 1500ha – na Mata Atlântica propriedades com mais de mil hectares) e altera a definição das áreas de topo de morro reduzindo significativamente a sua área de aplicação (art.4º, IX). Em nenhum dos dois casos o Veto pode reverter o estrago que a nova Lei irá causar, ampliando as áreas de desmata

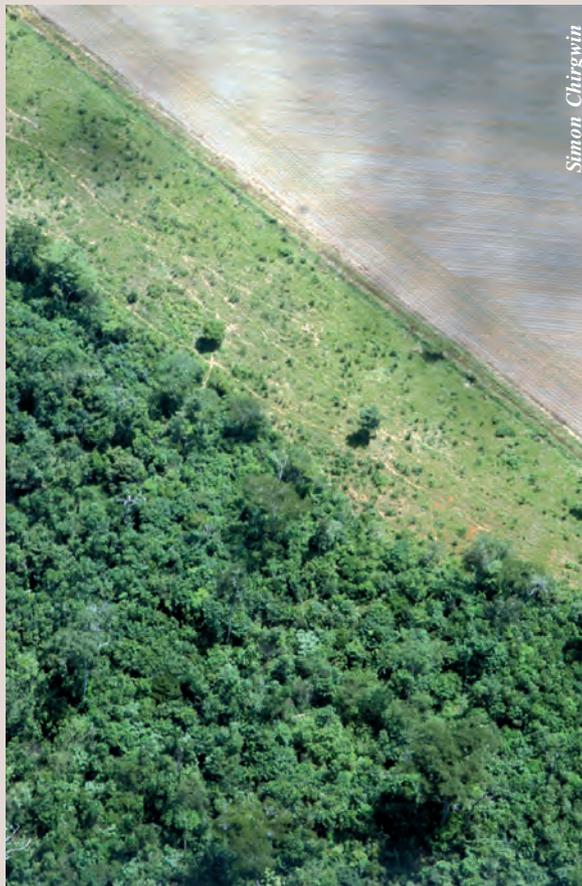
mento em áreas sensíveis.

6. AMPLIAÇÃO DE FORMA AMPLA E INDISCRIMINADA DO DESMATAMENTO E OCUPAÇÃO NOS MANGUEZAIS ao separar os Apicuns e Salgados do conceito de manguezal e ao delegar o poder de ampliar e legalizar ocupações nesses espaços aos Zoneamentos Estaduais, sem qualquer restrição objetiva (§§ 5º e 6º do art. 12). Os estados terão amplos poderes para legalizar e liberar novas ocupações nessas áreas. Resultado: enorme risco de significativa perda de área de manguezais, que são cruciais para conservação da biodiversidade e produção marinha na zona costeira. Não tem como resgatar pelo Veto as condições objetivas para ocupação parcial desses espaços, tampouco o conceito de manguezal que inclui apicuns e salgados.

7. PERMITE QUE A RESERVA LEGAL NA AMAZÔNIA SEJA DIMINUÍDA MESMO PARA DESMATAMENTOS FUTUROS ao não estabelecer, no art. 14, um limite temporal para que o Zoneamento Ecológico Econômico autorize a redução de 80% para 50% do imóvel. A lei atual já traz essa deficiência, que incentiva que desmatamentos ilegais sejam feitos na expectativa de que zoneamentos futuros venham legalizá-los, e o projeto não resolve o problema.

8. DISPENSA DE RECOMPOSIÇÃO DE APPs.

O texto revisado pela Câmara ressuscita a emenda 164 (aprovada na primeira votação na Câmara dos Deputados, contra a orientação do governo) que consolida todas as ocupações agropecuárias existentes às margens dos rios, algo que a ciência brasileira vem reiteradamente dizendo ser um equívoco gigantesco. Apesar de prever a obrigatoriedade de recomposição mínima de 15 metros para rios inferiores a 10 metros de largura, fica em aberto a obrigatoriedade de recomposição de APPs de rios maiores, o que gera não só um possível paradoxo (só partes dos rios seriam protegidas), como abre uma lacuna jurídica imensa, a qual só poderá ser resolvida por via judicial, aumentando a tão indesejada insegurança jurídica. **O fim da obrigação de recuperação do dano ambiental promovida pelo projeto condenará mais de 70% das bacias hidrográficas da Mata Atlântica, as quais já têm mais de 85% de sua vegetação nativa desmatada.** Ademais,



“O texto revisado pela Câmara ressuscita a emenda 164 que consolida todas as ocupações agropecuárias existentes às margens dos rios... um equívoco gigantesco.”

embora a alegação seja legalizar áreas que já estavam “em produção” antes de supostas mudanças nos limites legais, **o projeto anistia todos os desmatamentos feitos até 2008**, quando a última modificação legal foi em 1986. Mistura-se, portanto, os que agiram de acordo com a lei da época com os que deliberadamente desmataram áreas protegidas apostando na impunidade (que o projeto visa garantir). Cria-se, assim, uma situação anti-isonômica, tanto por não fazer qualquer distinção entre pequenos e grandes proprietários em situação irregular, como por beneficiar aqueles que desmataram ilegalmente em detrimento dos proprietários que o fizeram de forma legal ou mantiveram suas APPs conservadas. É flagrante, portanto, a falta de razoabilidade e proporcionalidade da norma contida no artigo 62, e **um retrocesso monumental na proteção de nossas fontes de água.**

9. CONSOLIDAÇÃO DE PECUÁRIA IMPRODUTIVA EM ENCOSTAS, BORDAS DE CHAPADAS, TOPOS DE MORROS E ÁREAS EM ALTITUDE ACIMA DE 1800 METROS (ART. 64) O QUE REPRESENTA UM GRAVE PROBLEMA AMBIENTAL PRINCIPALMENTE NA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS pela instabilidade das áreas (áreas de risco), inadequação e improdutividade dessas atividades nesses espaços. No entanto, o veto pontual a esse dispositivo inviabilizará atividades menos impactantes com espécies arbóreas perenes (café, maçã dentre outras) em pequenas propriedades rurais, hipóteses em que houve algum consenso no debate no Senado. O Veto parcial resolve o problema ambiental das encostas no entanto, não resolve o problema dos pequenos produtores.

10. AUSÊNCIA DE MECANISMOS QUE INDUZAM A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL E PRIVILEGIEM O PRODUTOR QUE PRESERVA EM RELAÇÃO AO QUE DEGRADA OS RECURSOS NATURAIS. O projeto revisado pela Câmara suprimiu o art. 78 do Senado, que vedava o acesso ao crédito rural aos proprietários de imóveis rurais não inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR após 5 anos da publicação da Lei. Retirou também a regra que vedava o direcionamento de subsídios econômicos a produtores que tenham efetuado desmatamentos ilegais posteriores a julho de 2008. Com isso, não só não haverá instrumentos que induzam a

adesão aos Programas de Regularização Ambiental, como fica institucionalizado o incentivo perverso, que premia quem descumpra deliberadamente a lei. Propriedades com novos desmatamentos ilegais poderão aderir ao CAR e demandar incentivos para recomposição futura. Somando-se ao fato de que foi retirada a obrigatoriedade de publicidade dos dados do CAR, este perde muito de seu sentido. Um dos únicos aspectos positivos de todo projeto foi mutilado. Essa lacuna não é sanável pelo veto. A lei perde um dos poucos ganhos potenciais para a governança ambiental.

11. PERMITE QUE IMÓVEIS DE ATÉ 4 MÓDULOS FISCAIS NÃO PRECISEM RECUPERAR SUA RESERVA LEGAL (ART.68), ABRINDO BRECHAS PARA UMA ISENÇÃO QUASE GENERALIZADA. Embora os defensores do projeto argumentem que

esse dispositivo é para permitir a sobrevivência de pequenos agricultores, que não poderiam abrir mão de áreas produtivas para manter a reserva, o texto não traz essa flexibilização apenas aos agricultores familiares, como seria lógico e foi defendido ao longo do processo legislativo por organizações socioambientalistas e camponesas. Com isso, permite que mesmo proprietários que tenham vários imóveis menores de 4 MF – e, portanto, tenham terra mais que suficiente para sua sobrevivência – possam se isentar da recuperação da RL. Ademais, abre brechas para que imóveis maiores do que esse tamanho, mas com matrículas desmembradas, se beneficiem dessa isenção. Essa isenção fará com que mais de 90% dos imóveis do país sejam dispensados de recuperar suas reservas legais e jogaria uma pá de cal no objetivo de recuperação da Mata Atlântica, pois, segundo dados do Ipea, 67% do passivo de reserva legal está em áreas com até 4 módulos.

12. CRIA ABERTURA PARA DISCUSSÕES JUDICIAIS INFUNDÁVEIS SOBRE A NECESSIDADE DE RECUPERAÇÃO DA RL (ART.69).

A pretexto de deixar claro que aqueles que respeitaram a área de reserva legal de acordo com as regras vigentes à época estão regulares, ou seja, não precisam recuperar áreas caso ela tenha sido aumentada posteriormente (como ocorreu em áreas de floresta na Amazônia, em 1996), o projeto diz simplesmente que não será necessário nenhuma recuperação, e permite que a comprovação da legalidade da ocupação sejam com “descrição de fatos históricos de ocupação da região, registros de comercialização, dados agropecuários da atividade”. Ou seja, com simples declarações o proprietário poderá ver-se livre da RL, sem ter que comprovar com autorizações emitidas ou imagens de satélite que a área efetivamente havia sido legalmente desmatada.



“O texto do PL aprovado permite manejo da reserva legal para exploração florestal sem aprovação de plano de manejo (que equivale ao licenciamento obrigatório pra áreas que não estão em reserva legal) e desmonta o sistema de controle de origem de produtos florestais (DOF - Documento de Origem Florestal) ao permitir que vários sistemas coexistam sem integração.”

13. DESMONTE DO SISTEMA DE CONTROLE DA EXPLORAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS E TRANSPORTE DE MADEIRA NO PAÍS. O texto do PL aprovado permite manejo da reserva legal para exploração florestal sem aprovação de plano de manejo (que equivale ao licenciamento obrigatório para áreas que não estão em reserva legal), desmonta o sistema de controle de origem de produtos florestais (DOF – Documento de Origem Florestal) ao permitir que vários sistemas coexistam sem integração. A Câmara rejeitou o parágrafo 5º do art. 36 do Senado o que significa a dispensa de obrigação de integração dos sistemas estaduais com o sistema federal (DOF). Como a competência por autorização para exploração florestal é dos estados (no caso de propriedades privadas rurais e unidades de conservação estaduais) o gover-

no federal perde completamente a governança sobre o tráfico de madeira extraída ilegalmente (inclusive dentro de Unidades de conservação federais e terras indígenas) e de outros produtos florestais no País. Essa lacuna não é sanável pelo veto presidencial.

Há ainda outros pontos problemáticos no texto aprovado confirmado pela Câmara cujo veto é fundamental e que demonstram a inconsistência do texto legal, que se não for vetado por completo resultará numa colcha de retalhos.

A todos estes pontos se somam os vícios de origem insanáveis deste PL como é o caso da definição injustificável da data de 22 de julho de 2008 como marco zero para consolidação e anistia de todas irregularidades cometidas contra o código florestal em vigor desde 1965. Mesmo que fosse levada em conta a última alteração em regras de proteção do código florestal, esta data não poderia ser posterior a 2001, isso sendo muito generoso, pois a última alteração em regras de APP foi realizada em 1989.

POR ESSAS RAZÕES NÃO VEMOS ALTERNATIVA SENSATA À PRESIDENTE DA REPÚBLICA SE NÃO O VETO INTEGRAL AO PL 1876/99.

André Lima – Advogado, mestre em Política e Gestão Ambiental pela UnB, Assessor de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Consultor Jurídico da Fundação SOS Mata Atlântica e sócio-fundador do Instituto Democracia e Sustentabilidade, **Raul Valle** – Advogado, mestre em Direito Econômico pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Coordenador Adjunto do Instituto Socioambiental. **Tasso Azevedo** – Eng. Florestal, Consultor e Empreendedor Socioambiental, Ex-Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Artigo publicado pelo IPAM (02/5/2012) e pelo portal EcoDebate (07/05/2012).

APELO PÚBLICO DOS EX-MINISTROS PELO VETO INTEGRAL DO CÓDIGO FLORESTAL

“Pedimos à **presidente Dilma** o veto integral dos retrocessos contidos no projeto de lei aprovado pela Câmara, que reduz a proteção às florestas”, escrevem os ex-ministros brasileiros do Meio Ambiente, em apelo publicado no jornal **Folha de S. Paulo**.

Nós, do **Fórum dos Ex-Ministros do Meio Ambiente do Brasil**, dirigimos um apelo público à presidente da República a respeito do projeto de lei 1976/99, aprovado pela Câmara dos Deputados com alterações ao **Código Florestal**.

Reconhecemos e destacamos o compromisso da **presidente Dilma**, assumido ainda quando ela era candidata e reafirmado reiteradas vezes nos últimos meses (inclusive durante uma audiência com os representantes do Fórum de Ex-Ministros do Meio Ambiente em maio de 2011), de vetar qualquer alteração na legislação brasileira que represente um aumento de desmatamento ou a anistia daqueles que desmataram ilegalmente

Nós observamos também que esse compromisso, que é amplamente apoiado pela opinião pública brasileira, reflete os interesses maiores da nação, dos quais a presidente é a fiel depositária.

O **Comitê Nacional em Defesa das Florestas e do Desenvolvimento Sustentável** e diferentes setores da academia, da sociedade civil e do setor produtivo têm demonstrado enorme preocupação com as consequências da sanção do projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados.

Todos pedem o veto integral dos retrocessos contidos no texto. Eles reduzem drasticamente o status de proteção das florestas no Brasil, bem como a governança socioambiental construída nas últimas décadas. Mais de 2 milhões de pessoas se manifestaram através de abaixo-assinado nesse sentido.

Em nome do fórum de ex-ministros, solicitamos que a presidente, em coerência com o seu compromisso e com os anseios da sociedade, vete integralmente toda e qualquer norma de caráter permanente ou transitório que:

- Sinalize ao país a possibilidade presente e futura de anistia;
- Permita a impunidade em relação ao desmatamento;
- Descaracterize a definição de florestas, que está consagrada na legislação vigente;
- Reduza direta ou indiretamente a proteção do capital natural associado às florestas;
- Fragilize os serviços prestados por elas;
- Dificulte, esvazie ou desestímule mecanismos para a restauração;
- Ou, ainda, fragilize a governança socioambiental.

Ao mesmo tempo, nós entendemos que continua necessário construir um quadro de referência normativo estratégico, alinhado com os desafios contemporâneos, de modo a valorizar o conjunto de nossas florestas.

Para tanto, a partir da experiência acumulada no serviço público ao longo de tantos anos, assim como da diversidade de seus membros, o fórum se coloca à disposição para apoiar, da forma que for julgada mais oportuna, a elaboração e tramitação no Legislativo de uma proposta que vise uma política florestal sustentável – e que, portanto, valorize as funções de conservação, de recuperação e de uso econômico do capital natural associado às nossas florestas.

Os autores são os membros do Fórum de Ex-Ministros de Meio Ambiente do Brasil:

- Carlos Minc**, 60, ministro entre 2008 e 2010 (governo Lula)
- Marina Silva**, 54, ministra entre 2003 e 2008 (Lula)
- José Carlos Carvalho**, 59, ministro em 2002 (FHC)
- José Sarney Filho**, 54, ministro de 1999 a 2002 (FHC)
- Gustavo Krause**, 65, ministro de 1995 a 1998 (FHC)
- Henrique Brandão Cavalcanti**, 83, ministro em 1994 (governo Itamar Franco)
- Rubens Ricupero**, 75, ministro entre 1993 e 1994 (governo Itamar)
- Fernando Coutinho Jorge**, 72, ministro entre 1992 e 1993 (governo Itamar)
- José Goldemberg**, 83, secretário do Meio Ambiente em 1992 (governo Collor)
- Paulo Nogueira Neto**, 90, foi secretário especial do Meio Ambiente entre 1973 e 1985 (governos Médici, Geisel e Figueiredo)

Manifesto publicado originalmente na Folha de S. Paulo.(22 /05 /2012) e reproduzido em www.ihu.unisinos.br/noticias/509724-apelo-publico-dos-ex-ministros, entre outros sites.



30% das populações de peixes... ameaçadas de extinção

A pesca no mundo está chegando ao limite e a tendência, segundo os especialistas, é de que, sem controle da produção e do consumo, o cenário fique cada vez pior. Segundo um relatório publicado na semana passada pelo Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), 30% dos peixes do mundo são superexplorados (e podem desaparecer) e outros 57% estão próximos do limite de extração sustentável.

No Brasil, a situação é bem parecida. “A tendência é acreditar na fartura dos estoques e achar que se pode pescar no Brasil como se os recursos nunca fossem acabar. Precisamos racionalizar a pesca e o consumo porque a situação está entrando em colapso”, alerta o biólogo e especialista em políticas públicas para o meio ambiente Tom Grandó.

Esse esgotamento das reservas, segundo Antonio Ostrensky, coordenador do Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), se deve a um conjunto de fatores, mas principalmente à própria atividade pesqueira.

Com equipamentos mais eficientes e cada vez mais gente vivendo da atividade, os pescadores apanham espécies menores ou peixes muito novos, que ainda nem se reproduziram, não dando tempo para que os estoques sejam repostos. Assim, o número de peixes diminui. “No Brasil, temos uma produção que, em números, está estável e até cresceu em volume, em comparação com a década passada, mas pegamos peixes cada vez menores e mais baratos”, revela Ostrensky.

Nos mares, a grande vilã é a pesca industrial descontrolada. “Na pesca do atum, é comum o barco pegar tubarões, golfinhos e tartarugas. Além disso, basta observar os barcos que passam redes pelo fundo do mar para pegar camarão. Eles arrebatam todos os ecossistemas e matam pequenos peixes que ficam agarrados às redes”, diz Ostrensky. Nos rios, o impacto também é causado pela alteração dos ambientes, principalmente devido à instalação de usinas hidrelétricas.

INCENTIVO

Em 2009, o Brasil criou o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), como forma de incentivar o consumo de peixes. Para o biólogo, a medida é “um tiro no escuro”, porque o Brasil não tem um monitoramento eficiente dos volumes que são retirados de rios e mares. “Sem saber quanto temos e quanto tiramos, fica difícil estabelecer os limites.”

Para evitar a extinção das reservas brasileiras, o segredo seria investir na longevidade dos estoques e evitar o desperdício, o que exigiria um comportamento menos extravagante tanto na pesca quanto no consumo. “Comemos de forma perulária e matamos muito mais peixes que o necessário. Sabe-se que 10 kg de peixes são desperdiçados para conseguir um quilo de camarão.”

MEDIDAS

Segundo Mutsuo Asano Filho, diretor do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Pesca Industrial do MPA, a alternativa para reduzir o desperdício e ampliar o aproveitamento é investir em recursos pesqueiros que ainda não foram explorados por aqui e espécies que vivem em grandes profundidades.

ESPÉCIES AMEAÇADAS

No Brasil, as espécies que mais representam a superexploração dos estoques são os meros e as garoupas, que já contam com projetos de proteção na costa brasileira. No litoral do Paraná é comum os pescadores das baías de Guaratuba e Paranaguá pescarem um volume menor que em anos anteriores e, no interior, é cada vez mais raro ver dourados, pintados, piaparas e piraputangas, espécies típicas do Rio Paraná. “No Rio Tibagi, esses peixes já sumiram”, explica o biólogo Tom Grandó.

AQUICULTURA:

SOLUÇÃO PARA MANTER RESERVAS

Uma das soluções para controlar a superexploração dos estoques pesqueiros, segundo o professor da UFPR Antonio Ostrensky, é o investimento na aquicultura – criação de organismos aquáticos em cativeiro. “Hoje ninguém mais caça

para se alimentar porque a pecuária cobriu essa lacuna, sustenta a produção de carne e comprar um bife se tornou muito mais barato do que caçar. Em médio e longo prazo, a pesca vai cair nessa dinâmica e vamos passar a consumir cada vez mais os produtos da aquicultura.”

O biólogo Tom Grandó esclarece que, assim como qualquer atividade humana, a aquicultura gera impactos ambientais, principalmente no uso de recursos hídricos e produção de rações, mas o esforço vale a pena. “O impacto não é maior ou menor que o da pesca, mas tende a ser uma forma de minimizar os problemas [da superexploração].”

O professor explica que uma tendência que precisa ganhar força é a da aquicultura como forma de promover o repovoamento de rios e mares. “No Japão, há um investimento nessa área e os resultados são interessantes, porque aumentam a produção pesqueira e contribuem para a manutenção dos ecossistemas.”

IMPACTOS SÃO AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

Os especialistas são unânimes: o progressivo esgotamento das reservas de peixes provoca uma série de impactos ambientais preocupantes. “A natureza funciona em um equilíbrio próprio: se você acaba com uma espécie de peixe, mexe com toda a cadeia alimentar e há um colapso nas outras populações, que podem se reproduzir descontroladamente ou entrar em extinção também. Do urso ao plâncton, passando pelos seres humanos, todos são afetados”, explica o biólogo Tom Grandó.

Há também os efeitos econômicos para as populações que vivem às margens de rios e mares. “Por acabarem os estoques que têm maior valor comercial, vão diminuindo os ganhos com a pesca, o setor empobrece e essa fonte de renda deixa de ser viável para as populações ribeirinhas”, sinaliza Grandó. ■

Os estoques de peixe estão no limite e os especialistas culpam a extração descontrolada.

por Rafaela Bortolin

Rafaela Bortolin – Texto publicado pela Gazeta do Povo, (21/07/2012) e republicado no portal EcoDebate (23/07/2012).

E L E T R O B R A S A P R E S E N T A

50 anos

Reinventando
a
ENERGIA por
Romeriton

A Eletrobras investe cada vez mais para que a eletricidade chegue a todos, em cada cantinho do Brasil, com segurança e responsabilidade. Atuando num país que não para de crescer, ela dissemina muito mais que energia: por onde passa, leva também cidadania. Já são mais de 14,5 milhões de beneficiados, que podem usufruir do direito da energia elétrica e de ter em suas casas conforto, qualidade de vida e dignidade. A chegada da luz ainda traz novas oportunidades para quem sabe fazer bom uso dela. Famílias, cooperativas e pequenos produtores estão conseguindo aumentar a sua produção, e também a sua renda, sem precisar abandonar a sua terra. Tem energia mais poderosa que essa? Há 50 anos, nossa energia transforma a vida dos brasileiros.



Romeriton
Produtor beneficiado pelos Centros
Comunitários de Produção

MANCHETE ONLINE



Tudo que você precisa em um só portal.
www.mancheteonline.com.br